

Governo e oposição querem mudar relatório da CPI dos Correios

PÁGINAS 4 E 5

Convocado, Okamoto tenta evitar acareação

PÁGINAS 6 E 7



MÁRCIA GOUTHER/SERAE

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XII – Nº 2.346/74 – Brasília, 3 a 9 de abril de 2006

EDIÇÃO SEMANAL



Congresso resiste aos golpes do regime militar

Mandatos cassados, direitos políticos suspensos, partidos proscritos: a luta pela democracia nos anos de chumbo.

PÁGINA 12

cidadania

Cuidados para prevenir a cegueira

Além da ida ao oftalmologista, muitas pessoas podem prevenir a doença observando uma série de cuidados, como lavar os olhos com água limpa e evitar coçá-los.

PÁGINA 16

Orçamento gera novas batalhas em Plenário

PÁGINA 3



MOREIRA MARIZ

Fernando Bezerra (E) conversa com Carlito Merss, na reunião da Comissão de Orçamento presidida por Gilberto Mestrinho (C)

CENSO LEGISLATIVO

O retrato da diversidade, em levantamento inédito

PÁGINA 15

Câmara de Santa Rita do Araguaia, GO: pesquisadores visitaram todo o país



MARCOS ANTONIO CALIL/INTERLEGIS

Passaporte brasileiro será azul e protegido contra falsificações

Diretor-geral da Polícia Federal explica as mudanças no documento em audiência pública nesta terça, na CMA.

PÁGINA 8

e mais...

AGENDA	Página 2
PERGUNTE AO SENADOR	Página 13
FRASES	Página 13
VOZ DO LEITOR	Página 13
CONHEÇA O SENADO	Página 15

ORÇAMENTO

Votação no Plenário deve enfrentar novos obstáculos

Com apenas três meses para executar o Orçamento antes das restrições impostas pelo calendário eleitoral, que proíbe o repasse voluntário de verbas aos estados e aos municípios a partir de julho, o governo deve enfrentar novos obstáculos no Plenário do Congresso para votar o substitutivo do deputado Carlito Merss (PT-SC), aprovado na Comissão Mista de Orçamento (CMO) na última quinta-feira.

Ainda sem data marcada para a sessão do Congresso nesta semana, o projeto da lei orçamentária entrou na mira do líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (PSDB-AM). Ele mais uma vez alvejou, na última sexta-feira, a equipe econômica do governo por já ter sinalizado uma contenção de cerca de R\$ 20 bilhões nos gastos deste ano para garantir superávit fiscal de 4,25%

do produto interno bruto (PIB). A contenção deve recair principalmente sobre os investimentos, que tiveram um reforço de R\$ 6,9 bilhões na CMO. O projeto do Executivo previa R\$ 14,3 bilhões e os parlamentares asseguraram R\$ 21,2 bilhões por meio de emendas. "Por que vamos votar, se o governo nos avisa que o que votaremos aqui não valerá? Não estou disposto a participar dessa farsa", disparou Virgílio.

O senador também voltou a queixar-se da falta de recursos para a construção do gasoduto Coari-Manaus, com previsão de verbas federais este ano de R\$ 110 milhões. Ele anunciou no Plenário que obstruirá a votação do Orçamento se o dinheiro para o gasoduto não for assegurado.

Como não é a primeira vez que pleitos localizados ameaçam vo-

tações no Congresso, onde só se vota quando há acordo, o anúncio do líder do PSDB é um sinal de que a aprovação do Orçamento mais uma vez enfrentará dificuldades, depois dos embates na CMO que atrasaram em três meses a tramitação do projeto de lei.

Outro imbróglio que poderá retornar nas discussões na sessão do Congresso é a complementação de R\$ 1,8 bilhão para atingir o mesmo valor ressarcido aos estados exportadores em 2005, no montante de R\$ 5,2 bilhões. Motivo de brigas entre parlamentares, ruptura de acordos por parte do governo, e queda-de-braço entre governadores e o Ministério da Fazenda, as negociações em torno da chamada Lei Kandir emperraram até

MOREIRA MARIZ



Gilberto Mestrinho (D), que nesta semana deve deixar a presidência da comissão, ao lado de Fernando Bezerra (de pé) e Carlito Merss

Líder do PSDB critica contenção de R\$ 20 bi sinalizada pelo governo

o último momento a votação do Orçamento na CMO.

O PSDB acabou desistindo de garantir na Comissão de Orçamento a obtenção dos recursos complementares. Mas os governadores poderão voltar à carga nessa etapa final de votação do Orçamento. Entretanto, segundo Merss, o governo fincará posição nos R\$ 3,4 bilhões orçados para compensar as isenções estaduais

nas exportações.

O substitutivo aprovado na CMO embute um acréscimo de receita de R\$ 15,6 bilhões em relação ao projeto enviado pelo Executivo. Esse reforço viabilizou o atendimento a várias prioridades do governo, como o reajuste do salário mínimo para R\$ 350 e a recomposição salarial de 29% do funcionalismo, que deverá absorver R\$ 5,1 bilhões.

SUPER-RECEITA



Tuma (segundo à esquerda) ouve Amaral (E), Lucas Vieira, Spinetti e Giffoni, em audiência na CAE

Senado quer facilitar relação do contribuinte com a Super-Receita

Um capítulo com novos procedimentos para facilitar a relação das empresas e dos brasileiros com o fisco poderá ser a grande contribuição do Senado ao projeto que institui a chamada Super-Receita. Relator da matéria, Rodolpho Tourinho (PFL-BA) adiantou ao **Jornal do Senado** que irá incorporar ao texto aprovado na Câmara (PLC 20/06) a maior parte das medidas sugeridas por Tasso Jereissati (PSDB-CE).

Em 19 emendas, Jereissati propõe providências práticas para reduzir as desigualdades no relacionamento entre os contribuintes e o novo fisco, revestido de maiores poderes com a unificação das estruturas de fiscalização e de arrecadação fiscal e previdenciária. O relator

pediu à consultoria da Casa um estudo comparativo entre essas emendas e o Código de Defesa do Contribuinte, proposto em 1999 por Jorge Bornhausen (PFL-SC) e que tramita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Na audiência da semana passada na CAE, para debater a Super-Receita, a tônica foi o pedido dos contribuintes – representados por entidades patronais como as confederações nacionais da Indústria (CNI) e do Comércio (CNC) – e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), para a adoção de procedimentos que assegurem direitos e simplifiquem a vida dos que pagam impostos e contribuições à União.

Muitos desses pleitos foram acolhidos por Jereissati. Algumas emendas tratam de providências

simples, como a uniformização dos horários de funcionamento das repartições, que ficariam abertas das 8h às 18h. Hoje, o expediente de atendimento ao público da maioria das repartições é de seis horas e em períodos variados, algumas pela manhã e outras à tarde. "Quem mais sofre com isso são os cidadãos mais pobres, que vão e voltam de um departamento a outro", acentuou o representante da OAB, Antônio Carlos Rodrigues do Amaral.

Fisco terá prazo para decidir sobre processos

Entre as emendas há propostas que limitam o tempo para que a Receita decida sobre os processos. Uma delas fixa o prazo de um ano, admitindo estendê-lo por mais seis meses, para que o

Cidadão é submetido a um emaranhado de normas

Imagine um país que em 17 anos editou 3.434.805 normas legais. Foi isso o que aconteceu com o Brasil desde a promulgação da última Constituição, em outubro de 1988, até o mesmo mês de 2005. Nessa data, o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT) levantou que 414.581 normas ainda estavam em vigor. Ou seja, 12,07% do total editado.

Preso a esse cipoal jurídico, que muda com frequência, os cidadãos e as empresas convivem com nada menos do que 16.202 normas tributárias, pelas estatísticas do IBPT. Elas

representam somente 7,18% do que foi editado no período analisado (225.626). O que mostra a inconstância das normas e dá uma idéia das dificuldades que os contribuintes enfrentam no seu dia-a-dia.

Para conhecer o conteúdo de todas as medidas tributárias que valiam em outubro de 2005, nas três esferas de governo (federal, estadual e municipal), o contribuinte teria que se debruçar sobre 181.951 artigos, subdivididos em 423.945 parágrafos e 1.355.532 incisos. Isso mostra que as normas só estão ao alcance dos especialistas.

O que foi editado em 17 anos de Constituição

Total de normas editadas	Gerais	Tributária
Federal	134.718	25.466
Estadual	862.834	68.230
Municipal	2.437.253	131.930
TOTAL	3.434.805	225.626



fisco profira decisão administrativa em casos de petição, defesa ou recurso do contribuinte. Segundo Amaral, há processos estacionados por até 20 anos nos escaninhos da Receita.

O fisco terá também seis meses para decidir sobre restituições e ressarcimentos, estipulando que após esse período os valores serão corrigidos pela taxa Selic. O prazo para a Receita responder a consultas dos contribuintes em processos administrativos será de 90 dias. Caso não haja resposta nesse período, confirma-se o entendimento indicado

pelo consultante. Os procuradores da Fazenda Nacional terão prazo de até 40 dias para serem intimados de decisões do Conselho de Contribuintes.

Jereissati incluiu ainda proposta para evitar que o contribuinte seja surpreendido com a inscrição direta do débito fiscal ou previdenciário na dívida ativa da União. Mas há, entre suas emendas, medidas que podem gerar polêmica com o governo, como a possibilidade de compensar débitos previdenciários com créditos de tributos federais decorrentes de valores indevidos.

CRISE POLÍTICA Governo e oposição querem mudar (porém, em pontos diferentes) o texto do relator Osmar Serraglio

CPI abre, na terça, guerra em torno do relatório final



A votação do relatório final, que terá início nesta terça-feira, será o último capítulo de embates políticos na CPI dos Correios. Os diversos casos de corrupção descobertos promoveram um relatório extenso (quase 2 mil páginas) e, até por isso, sujeito a críticas potencializadas pelo ambiente pré-eleitoral.

Por conta desse cenário, o presidente da CPI, senador Delcídio Amaral (PT-MS), já prevê a apresentação de diversos relatórios alternativos, principalmente por parlamentares da base de apoio ao governo, que pretendem mudar trechos que incriminariam colaboradores próximos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A afirmação contundente de que o mensalão existiu para pagamento de apoio parlamentar por meio de um esquema de corrupção abastecido por recursos públicos e privados incomoda o governo, que quer ainda evitar a recomendação de indiciamento de José Dirceu e Luiz Gushiken, entre outros. Com maioria na CPI, que paradoxalmente levou

à eleição de Delcídio e à conseqüente escolha do deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR) como relator, os governistas têm força para exigir as mudanças.

Por outro lado, os elogios dirigidos por parlamentares da oposição ao texto do relator tampouco devem evitar que emendas ao relatório surjam de representantes tucanos, que querem retirar referências ao senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e atribuir responsabilidades ao presidente Lula pelo mensalão.

Temor é de que nada seja aprovado

Com tantas disputas e páginas para serem criticadas, já há quem duvide da aprovação de um relatório final pela comissão, como aconteceu na CPI do Banestado, apontada como exemplo de fracasso de investigações parlamentares. O presidente do Senado, Renan Calheiros, entende que caso outra CPI fique sem um relatório final pode prejudicar a imagem do Congresso, que ficaria marcada pela falta de entendimento.

– Acho que o relatório é conclusivo, define responsabilidades e aponta para as investigações



Reunião da CPI dos Correios: relatório com quase 2 mil páginas será alvo de embate político

que deverão ser prosseguidas na polícia e no Judiciário – afirmou Renan Calheiros.

A importância do relatório final como peça política de uma CPI é indiscutível, afinal sua aprovação mostra a concordância das forças partidárias acerca das apurações feitas. A seqüência das investigações, porém, pode levar a desdobramentos das conclusões e à apresentação de denúncias e indiciamentos pelo Ministério Público diferentes das que constam do relatório final do Congresso.

Prova disso é que outras CPIs, como a do Banestado, apresentaram resultados que foram além dos relatórios finais, levando à prisão e ao seqüestro de bens de criminosos. Afinal, a atenção da opinião pública e a possibilidade de imprimir maior efetividade nas investigações – pelo fato de, por exemplo, obter a quebra de sigilos sem a necessidade de autorização judicial – são contribuições já prestadas pelas investigações parlamentares.

A radiografia da corrupção

Gravação

Não foi descartada a participação da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) na produção ou na divulgação da fita em que o ex-funcionário dos Correios Maurício Marinho recebe R\$ 3 mil de propina.

formalizados para dar aparente legalidade aos recursos repassados ganhou elementos materiais. As reais fontes de recursos do esquema seriam a Visanet, a Brasil Telecom e o grupo Usiminas-Cosipa. Ainda restam divergências sobre o real valor repassado por Valério.

Publicidade na ECT

Contrato entre os Correios e a SMP&B de Marcos Valério, firmado em 2004, está repleto de fraudes, conforme auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU). Antes mesmo de ser contratada, a SMP&B já havia recebido R\$ 6 milhões.

Valerioduto tucano

O esquema montado pelo empresário nas eleições tucanas de 1998 ao governo de Minas Gerais foi o “cartão de visitas” de Valério para a operação com o PT.

Furnas

Lista de 156 políticos em um suposto esquema de caixa dois em Furnas é considerada uma denúncia leviana e que revela maquinação política.

Rede Postal Noturna

Foi detectado conluio entre as empresas Skymaster e Beta em licitações nos Correios, além de falsificação de documentos, fraudes contábeis e fiscais e pagamento de propina a um diretor da ECT, que levaram a superfaturamento de quase R\$ 100 milhões. Foram verificados saques milionários não-identificados nas contas das empresas. A Skymaster enviou dinheiro ao exterior por meio do arrendamento fraudulento de aeronaves.

Mensalão

O esquema de cooptação política é comprovado pelo documento. Faltam evidências para sustentar a versão de que o valerioduto financiou apenas campanhas políticas. Os repasses foram ligados a migrações partidárias e votações no Congresso.

Franquias

A perda de grandes clientes pelos Correios transferiu R\$ 3,4 milhões às suas franquias no primeiro semestre de 2005. Muitas delas usam “laranjas” para esconder os verdadeiros donos e praticam caixa dois.

IRB

O Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) realizou contratações e pagou comissões a empresas indicadas politicamente, causando prejuízos aos cofres públicos.

Políticos

Ligação entre Maurício Marinho e o deputado cassado Roberto Jefferson fica clara. e os indícios de que a corrupção no estatal era influenciada pelos partidos são confirmados.

Fundos de pensão

Houve influência político-partidária nas nomeações dos diretores dos fundos das estatais, o que sugere ingerência do governo na gestão dos fundos, e falta de critérios para a escolha de intermediários junto ao mercado financeiro. Os mecanismos de controle interno e externo dos fundos foram considerados insuficientes.

Valerioduto

A tese de que os empréstimos junto aos bancos BMG e Rural foram

O tripé do valerioduto

O que levou bancos, partidos e Marcos Valério a se unirem no esquema

Partido

- precisa de dinheiro e de repassar recursos sem usar suas próprias contas
- oferece fácil acesso à gestão de empresas públicas

O que levou: R\$ 55,8 milhões repassados a terceiros pelo empresário

Marcos Valério

- quer ganhar contratos públicos e intermediar negócios de bancos
- oferece acesso aos banqueiros e ao partido, além das contas para o esquema

Bancos Rural e BMG

- querem vantagens do governo
- oferecem dinheiro

O que levaram: possível favorecimento em processos administrativos e intermediação da liquidação do Banco Mercantil de Pernambuco (Rural), concentração de aplicações dos fundos de pensão, facilidade na transação de crédito consignado para aposentados (BMG).

O que levou: o patrimônio de Valério multiplicou a partir de 2003, sua agência abocanhava a liderança no consórcio que atende ao Banco do Brasil e contratos com outros órgãos da administração pública, como os Correios.

Principais indiciáveis e as acusações relacionadas no relatório de Serraglio

Roberto Jefferson

Crime eleitoral por ter admitido o caixa dois no PTB, sonegação de impostos e corrupção passiva pelo esquema dos Correios.

Marcos Valério – Pelo seu papel no esquema, foi acusado de falsidade ideológica, lavagem de dinheiro, tráfico de influência, corrupção ativa, fraude processual, crime contra a ordem tributária, peculato e improbidade



administrativa.

José Dirceu

– Corrupção ativa pela idealização do valerioduto e do mensalão.

Luiz Gushiken

– Tráfico de influência e corrupção ativa por ingerência nos contratos de publicidade e suposto favorecimento a Marcos Valério e Duda Mendonça.

Delúbio Soares e José Genoíno



– Falsidade ideológica pelos avais aos contratos de empréstimos, corrupção ativa e crime eleitoral pelo valerioduto.

Sílvio Pereira – O Land Rover que ganhou de presente da GDK rendeu a acusação de tráfico de influência.

Duda Mendonça

– Sonegação fiscal, colarinho-branco e lavagem de dinheiro.

Henrique Pizzolato

– Falsidade ideológica, lavagem de dinheiro e peculato pelo desvio dos recursos de publicidade da Visanet ao esquema de corrupção.



Diretores da Skymaster – Fraude em licitação, lavagem de dinheiro, crime do colarinho-branco e crime contra a ordem tributária.

Kátia Rabelo e Ricardo Guimarães – Os presidentes do Rural e do BMG são acusados de fraude na administração de sociedade por ações, corrupção ativa e lavagem de dinheiro em função da concessão de empréstimos forjados.

Os 19 deputados cassáveis da CPI e os demais beneficiários do valerioduto

– Sonegação fiscal e crime eleitoral. **Cláudio Mourão, Eduardo Azeredo e Clésio Andrade** – Acusados de crime eleitoral pelo valerioduto tucano nas eleições de 1998.

CRISE POLÍTICA Para Ministério Público e Polícia Federal, relatório final não é essencial, mas sim as provas obtidas

Trabalho da CPI viabilizará punições



O relatório final da CPI dos Correios pode ser apenas “a ponta do iceberg”, tendo em vista que não houve tempo suficiente para finalizar grande parte das investigações. A análise de milhões de dados de sigilos bancários, telefônicos e fiscais, por exemplo, ainda não foi feita, mas pode levar à constituição de provas materiais contra pessoas e empresas sobre as quais, até o momento, pairam somente indícios e suspeitas.

Essa segunda fase do trabalho deverá ficar a cargo de órgãos como o Ministério Público (MP), a Polícia Federal (PF) e o Tribunal de Contas da União (TCU). Por conta dessa expectativa, a aprovação de um relatório final não é tida como fundamental para autoridades desses órgãos.

Na opinião do procurador da República em Santa Catarina Celso Antônio Três, que investigou a evasão de divisas por meio das contas CC-5 no Banestado em Foz do Iguaçu (PR), o que importa é a apuração de dados e provas pelas CPIs.

– A relevância de um relatório final é mais política que jurídica. Por vezes, por exemplo, a política prepara um relatório parcial ou mesmo malfeito, que pode



Arthur Virgílio, Ideli Salvatti, Osmar Serraglio e Delcídio Amaral, durante os trabalhos: investigações acompanhadas de perto pela sociedade

ser completamente ignorado pelo MP. O que tem relevância é a coleta de dados. Até mesmo o indiciamento proposto pela polícia ou por uma CPI pode não ser acatado pelo MP – argumentou.

Segundo o delegado federal Sandro Torres Avelar, eleito recentemente para presidir a Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal, ainda que a CPI dos Correios não aprove um relatório final, o trabalho realizado já será muito útil para a condução das investigações criminais, que podem levar inclusive a novos indiciamentos. Como exemplo, Avelar cita a CPI do Banestado, que não teve um relatório final, mas acelerou o acesso a informações.

– O cruzamento de informações já feito pela CPI dos Correios com certeza será aproveitado em futuras investigações. As CPIs têm alcance muito grande, pela possibilidade de quebrar sigilos sem a necessidade de autorização judicial. Isso contribui muito para a celeridade das investigações – destacou o delegado.

Celso Três, porém, alerta para a possibilidade de a CPI não encaminhar os dados coletados para o Ministério Público.

– Isso poderia complicar investigações posteriores, pois os procuradores levariam anos para produzir essas mesmas provas – declarou Três, citando a CPI dos Medicamentos, realizada



pela Câmara dos Deputados, que não abriu suas informações para o MP.

Pressão da mídia traz à tona novos fatos

Ainda assim, o procurador reconhece que a fase de apuração de uma CPI, em que há transparência e repercussão das investigações típicas do Congresso, traz à tona fatos que precisam ser conhecidos pela população.

– A CPI é um grande controle da legalidade dos atos da administração pública. Todo esse esquema jamais viria a público sem as CPIs. As instituições responsáveis pela fiscalização dos atos públicos, como o TCU, a PF e o MP, têm o direito de investi-

gar, mas, de fato, só a CPI tem a força para obter as informações relevantes – afirmou.

Para sustentar sua opinião, Celso Três cita que os holofotes e a pressão popular e da imprensa funcionam e levam ao aparecimento de provas muitas vezes trazidas por pessoas como ex-mulheres, ex-amigos e funcionários que, de outra maneira, não viriam a público.

– Mesmo sem relatório, a CPI já cumpriu um papel, uma vez que o maior tribunal da democracia é o povo, que recebeu informações para poder julgar seus governantes nas urnas. Só isso já é importante e o resultado é sempre positivo – conclui o procurador.

Três frentes de propostas para combater a corrupção

Transparência

- Divulgação, pela internet, do currículo e da agenda dos agentes políticos e ocupantes de cargos em comissão de livre nomeação e exoneração (ministros, diretores de estatais, parlamentares, secretários, entre outros).
- Criação de programa de incentivo a revelações de denúncias de atos de corrupção.
- Redução do número de cargos de nomeação político-partidária do Poder Executivo federal, estadual e municipal.

Controle

- Permitir que os órgãos fiscalizadores dos fundos de pensão possam investigar as operações financeiras realizadas com os recursos dos planos de benefícios.
- Limitar os gastos de publicidade do governo e incluir normas específicas de publicidade na Lei de Licitações.
- Redução do valor limite das operações que devem ser informadas ao Conselho de Acompanhamento das Atividades Financeiras (Coaf) pelos bancos.
- Criação do Sistema Nacional de Combate à Corrupção e da Comissão Mista Permanente de Combate à Corrupção.
- Transformação do Coaf na Agência Nacional de Inteligência Financeira.

Punição

- Definição legal e agravamento das penas da lei de improbidade administrativa.
- Atualização da lei de lavagem de dinheiro, com a exclusão dos precedentes para a caracterização do crime e aumento das penas previstas.
- Criação de câmaras e varas judiciárias específicas para julgar crimes contra a administração pública.



Na Câmara, três cassados e sete perdoados

A absolvição de metade dos deputados que tiveram a cassação sugerida pelas CPIs dos Correios e do Mensalão pela participação no esquema de Marcos Valério, e a perspectiva de que os demais sejam perdoados, levaram a uma repetição dos resultados da CPI do Orçamento, que em 1994 sugeriu a cassação de 18 parlamentares que receberam dinheiro para fraudar o Orçamento. Desses, seis foram cassados, quatro renunciaram para escapar do inquérito por quebra de decoro parlamentar e oito foram absolvidos ou tiveram o processo arquivado.

Mais de dez anos depois, os processos da Câmara têm saldo semelhante ao do escândalo do Orçamento: até agora, dos 19 cassáveis, sete foram perdoados, três cassados, quatro renunciaram e cinco aguardam o veredicto dos colegas.

As semelhanças entre as duas

CPIs não param por aí. A dos Correios e a do Orçamento entraram para a história por devassar um esquema de pagamento a parlamentares. Na década de 90, empreiteiras pagavam deputados para fraudar o Orçamento. Agora, o dono de uma agência de publicidade abriu suas contas para que políticos recebessem volumosas quantias para o financiamento ilegal de campanhas ou para tráfico de influência.

Julgamento de João Paulo será na quarta-feira

O presidente da Câmara, deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), decidiu na semana passada transferir para esta quarta-feira, às 16h, a votação em Plenário do processo de cassação do deputado João Paulo Cunha (PT-SP), ex-presidente da Casa.

Segundo a assessoria da Presidência, Aldo Rebelo decidiu pelo adiamento porque João Paulo não abriu mão do seu prazo regimental para ingressar com recurso contra a decisão do Conselho de Ética que recomendou a cassação do seu mandato.

Um pedido de vista apresentado na terça-feira pela deputada Neide Aparecida (PT-GO) suspendeu a sessão do conselho que votaria o relatório de Antônio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP) contra Josias Gomes (PT-BA). Thame justificou seu parecer dizendo que o próprio Gomes admitiu ter recebido dinheiro de caixa dois por duas vezes.

A sessão será retomada nesta terça-feira, às 10h30.

Na quinta-feira, o Conselho de Ética aprovou o relatório do deputado Nelson Trad (PMDB-MS) que pede a cassação do deputado José Mentor (PT-SP). Mentor foi citado no relatório preliminar das CPIs dos Correios e do Mensalão como beneficiário de recursos do valerioduto. O processo segue agora para votação em Plenário.

A Secretaria Geral da Mesa da Câmara decidiu na sexta-feira manter a deputada Ângela Guadagnin (PT-SP) no Conselho de Ética. O presidente do conselho, deputado Ricardo Izar (PTB-SP), acolhera na véspera uma representação do PPS contra a deputada, suspendendo suas funções como conselheira. A representação foi apresentada em decorrência da chamada “dança da pizza” executada por Guadagnin para comemorar

a absolvição do seu colega de partido João Magno (MG) no último dia 23.

A secretaria argumentou que a deputada não poderia ter sido afastada do conselho, uma vez que a representação do PPS se baseia nos artigos 11 e 12 do Regimento Interno, que prevêem somente penas de advertência verbal e censura escrita.



Ex-presidente da Câmara, João Paulo Cunha pode ter destino decidido nesta semana

CRISE POLÍTICA Presidente do Sebrae diz que tomará medidas para não participar de acareação com Venceslau

CPI tentará ouvir Okamoto na terça



A CPI dos Bingos tenta realizar pela segunda vez acareação entre o presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Paulo Okamoto, e o ex-petista Paulo de Tarso Venceslau.

Depois de obter liminar no Supremo Tribunal Federal (STF) para não comparecer novamente à CPI na terça-feira passada, Okamoto foi pego de surpresa “brincando de esconde-esconde” com a Polícia Federal.

Na última quarta-feira, o escrivão da PF, José Bráulio Rodrigues, cumprindo determinação do presidente da comissão, senador Efraim Morais (PFL-PB), esteve na sede do Sebrae para entregar a Okamoto o ofício de convocação para acareação nesta terça-feira. Depois de muitas tentativas, o policial conseguiu chegar ao gabinete do presidente, onde foi informado por funcionários que Okamoto estaria viajando.

O ofício foi recebido e assinado pela secretária do gabinete, Janaína Lopes, que atestou estar o destinatário em viagem de trabalho, “devendo retornar somente na próxima semana”, ou seja, nesta.

Contudo, ao voltar minutos depois ao gabinete para sanar um erro material no ofício – uma vez que o documento não tinha o registro de “recebido” –, o policial avistou o presidente do Sebrae.

“Chegando ao gabinete, surpreendi-me com a passagem, no ambiente em que me encontrava, do sr. Paulo Okamoto, que se dirigia ao seu gabinete pessoal”, relatou o policial em certidão de diligência entregue ao senador Efraim.

Diante do ocorrido, o presidente da CPI determinou o envio de uma comunicação do fato ao STF, ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e ao diretor-geral da PF, Paulo Lacerda. “Esse fato demonstra que não há qualquer vontade de Okamoto em colaborar com a CPI, já que a palavra do policial tem fé pública. É estranho alguém se esconder para não ser citado”, afirmou Efraim.

Os demais senadores também mostraram indignação com a atitude do presidente do Sebrae, até mesmo os parlamentares da bancada governista.

– Trata-se de um ato reprovável em todos os sentidos e que nos traz muita insatisfação – disse o senador Tião Viana (PT-AC).

Um dia depois, Okamoto encaminhou à CPI fax em que afirmava estar em Belo Horizonte (MG) e



CÉLIO AZEVEDO



CÉLIO AZEVEDO

Romeu Tuma, Efraim Morais, José Bráulio, Antonio Carlos e Garibaldi Alves, na CPI dos Bingos: novas informações enviadas ao STF para assegurar a acareação entre Okamoto (E) e Venceslau (D)



JANE ARAÚJO

cientemente da convocação. Ele já declarou que tomará medidas para não participar da acareação.

A CPI enviou ao STF informações complementares sobre o porquê de realizar a acareação. E também para tentar conseguir a

quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico de Okamoto, não autorizados anteriormente pelo ministro Nelson Jobim.

Okamoto é apontado por Paulo de Tarso Venceslau como um dos arrecadadores de verbas em pre-

feitas petistas para a campanha presidencial de Lula. O presidente do Sebrae pagou dívida de R\$ 29,4 mil de Lula, referente a acertos trabalhistas com o PT, e outra de R\$ 26 mil, da sua filha, Lurian Cordeiro Lula da Silva.

Mattoso mente em reunião com senadores

A oposição quer aprovar nesta semana a convocação do ex-presidente da Caixa Econômica Federal Jorge Mattoso. Ele deixou o cargo na semana passada, após afirmar à Polícia Federal que entregou ao ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci o extrato bancário do caseiro Francenildo Santos Costa.

Os senadores não aceitam o fato de Mattoso não ter dito a verdade para três titulares da comissão que estiveram na sede da Caixa quatro dias depois de ocorrida a violação da conta do caseiro.

– Nós fomos enganados pelo ex-presidente da Caixa, que disse ter aberto sindicância para apurar os fatos, mas ele sabia de tudo – assegurou o senador Wellington Salgado (PMDB-MG), que esteve na Caixa com Alvaro Dias (PSDB-PR) e Flávio Arns (PT-PR).

Alvaro Dias destacou que, na reunião, Mattoso afirmou que precisava do extrato divulgado pela revista *Época*. Mas acabou por confirmar na PF, dias depois, que ele mesmo teria entregue o documento para Antonio Palocci.

Só não deixou claro quem deu a ordem para a quebra do sigilo, mas informou que na noite do dia 16 de março recebeu ligação do então ministro e que logo depois lhe teria entregue o extrato pessoalmente.

Mattoso faz parte da lista dos indiciáveis apresentada no relatório parcial do senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN). A CPI já ouviu a vice-presidente de Tecnologia de Informação da Caixa, Clarice Coppetti, que negou saber de qualquer fato relacionado ao mando da violação do sigilo.

Movimentação de conta do caseiro já era conhecida

A ida do caseiro Francenildo Costa à Corregedoria Parlamentar do Senado para esclarecer o porquê de ter relatado os episódios ocorridos na “casa do lobby” em Brasília acabou terminando com mais um contratempo para o PT.

Isso porque o senador Eduardo Suplicy (SP) afirmou que um outro senador petista lhe teria comunicado a movimentação de considerável volume de recursos antes mesmo de o caseiro depor na CPI, no dia 16 de março, e até

antes de ter ocorrido a violação do sigilo bancário.

Suplicy disse que a informação teria partido do senador Tião Viana (PT-AC), que explicou não ter feito uso dela. Viana confirmou que cinco pessoas lhe falaram da existência de uma outra testemunha que poderia trazer novos fatos, mas tal pessoa não apareceu. Para o corregedor, senador Romeu Tuma (PFL-SP), o caso está praticamente esclarecido.

O caseiro Francenildo Costa in-

formou que a principal motivação “para falar a verdade” foi ter sido citado no depoimento do motorista da “república de Ribeirão”, Francisco das Chagas Costa, à CPI dos Bingos e, no dia seguinte, ter sido procurado pela PF.

Após a visita da PF, Francenildo pediu ajuda a um amigo. Este o apresentou a um homem chamado Enéas, que o teria levado ao Senado e apresentado ao senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT).

Relator deve propor indiciamento de Palocci

A CPI dos Bingos sempre foi uma pedra no sapato do ex-ministro Antonio Palocci, que teve seu nome citado logo no início das investigações, nos depoimentos relacionados à renovação de contrato entre a Caixa e a multinacional GTech, responsável pelo processamento das loterias federais no país.

O relator da CPI dos Bingos, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), considera quase certo apontar Palocci na lista dos indiciáveis que fará parte de seu relatório final.

– Tudo está caminhando para isso. De guardião da estabilidade, Palocci se transformou no responsável por dias de inquietude no governo – disse o relator, para quem o ex-ministro está “bem enrolado”.

Palocci foi alvo de seu ex-secretário de governo em Ribeirão Preto (SP), Rogério Buratti. Ele acusou o ministro de receber propina de R\$ 50 mil da Leão Leão quando de sua gestão municipal, dinheiro que, em parte,

seria destinado à campanha presidencial de Lula, segundo Buratti.

Mas a situação de Palocci agravou-se com as declarações do motorista Francisco das Chagas Costa e do caseiro Francenildo Costa, que afirmaram tê-lo visto na “casa do lobby”, em Brasília, comandada por Vladimir Poletto. No local, seriam realizadas reuniões para tráfico de influência, repartição de dinheiro e festas.

Além disso, o ministro acabou se envolvendo com a quebra de sigilo do caseiro, uma vez que o ex-presidente da Caixa Jorge Mattoso assegurou ter-lhe entregue o extrato bancário de Francenildo.

Em depoimento à CPI em janeiro deste ano, Palocci, então ministro da Fazenda, negou ter estado na “casa do lobby” e fez outras afirmações que foram postas em xeque por outros depoentes. A Polícia Federal deverá ouvir Palocci esta semana.



Diretora de Tecnologia, Clarice Coppetti, e Jorge Mattoso, presidente da Caixa



Palocci e Francenildo: ministro caiu após quebra ilegal de sigilo bancário

CRISE POLÍTICA

Cidadãos serão ouvidos sobre casas de bingo



Pela primeira vez uma casa legislativa irá consultar a população sobre a liberação do funcionamento – ou não – das casas de bingos no país. A pesquisa nacional foi solicitada pelos senadores da CPI dos Bingos, que querem conhecer a opinião da sociedade sobre o assunto.

Dentro de 15 dias, o DataSenado dará início ao levantamento, com a entrevista de 1.600 pessoas com idade igual ou superior a 16 anos, de todos os estados e do Distrito Federal.

Para que seja feita uma amostra nacional, serão entrevistados cidadãos de todas as capitais e de cidades do interior, conforme a proporcionalidade da população.

– Com a pesquisa poderemos orientar os senadores membros

da CPI dos Bingos e o próprio relator em relação às propostas que poderão ser apresentadas no relatório final – explica o presidente da comissão parlamentar, Efraim Morais (PFL-PB).

Uma das propostas é sugerir a realização de um plebiscito, ou seja, uma consulta popular a todos os eleitores do país.

A margem de erro da pesquisa, que deverá ter o resultado divulgado no final do mês de abril, é de 2,5 pontos percentuais para mais ou para menos.

– Há uma série de argumentos favoráveis e também contrários ao funcionamento dos bingos no país que não podem ser desconsiderados pelos senadores. E é mais tranqüilo para o parlamentar poder representar a sociedade a partir de uma opinião sistematicamente apurada – afirma a diretora da Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública

(Sepop) do Senado, Ana Lúcia Novelli.

Ela lembra, contudo, que os senadores podem não concordar com o resultado da pesquisa, mas poderão, a partir do conhecimento das informações coletadas, explicar para a sociedade suas razões.

– Pesquisas como essas são um grande exercício de cidadania e colocam a população mais próxima das decisões legislativas – completa Ana Lúcia.

Segundo o chefe do Serviço de Pesquisa da Sepop, Cefas Siqueira, os entrevistados também deverão opinar sobre outros assuntos referentes às casas de bingo, como frequência a essas localidades, conhecimento do funcionamento, locais de instalação das empresas e até mesmo avaliação sobre o trabalho da própria CPI.

– Nas décadas de 50 e 60, as



Efraim explica que a opinião da população sobre a liberação das casas de bingo deve orientar as propostas da CPI sobre o assunto

casas de bingo eram instaladas somente em estações hidrominerais. Hoje, estão em qualquer lugar, não há uma organização. No exterior, os locais são determinados e respeitados – diz Cefas Siqueira.

Há alguns anos, os estados deram início à autorização de instalação de bingos como modalidade lotérica, mas tiveram de voltar atrás, porque legislar sobre o assunto é competência exclusiva da União.

PLENÁRIO

Alvaro Dias recomenda responsabilização de Lula

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) apresentou emenda ao relatório final da CPI dos Correios pedindo a responsabilização do presidente Lula por crimes contra a probidade na administração e de condescendência criminosa. O senador disse que estão claros os indícios de autoria e materialidade de delito, duas circunstâncias que justificam o processo.

– Evidentemente nos submeteremos à vontade da maioria dos integrantes da CPI, mas é do nosso dever apresentar essa

proposta. A autoridade maior é responsável pelos atos dos seus subalternos.

Alvaro Dias afirmou não haver dúvida sobre a incidência das normas legais contra “a conduta displicente, irresponsável e colaboracionista do presidente em face da gravidade do mensalão”. Ele vai pedir que a CPI dos Correios recomende a imediata abertura, pela Câmara, de procedimento para apurar a ocorrência de crime de responsabilidade do presidente da República.

Mão Santa diz que Alvaro Dias contribui com a democracia

Mão Santa (PMDB-PI) afirmou que Alvaro Dias e seu partido “estão contribuindo para salvaguardar a democracia brasileira” ao defenderem o indiciamento do presidente da República.

Segundo Mão Santa, o relatório final da CPI dos Correios possibilita muitas interpretações, mas, de qualquer forma, o parlamentar concorda com a análise de Alvaro Dias de que

é grave a situação pela qual passa o país. Mão Santa registrou ainda que, quando Alvaro propôs, em Plenário, que o presidente Lula deveria ser responsabilizado criminalmente por improbidade administrativa, não havia nenhum senador do governo para defender o presidente da República.

– Porque ele é indefensável, correram todos. É o início do *impeachment* – afirmou.

Ana Júlia: “Sou inocente e vou processar os caluniadores”

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) anunciou em Plenário ter sido inocentada pela CPI da Biopirataria, da Câmara dos Deputados, das acusações de envolvimento com cobrança de propina de madeireiros do Pará, para uso em sua campanha à prefeitura de Belém, em 2004.

Ana Júlia citou o relator da CPI da Biopirataria, deputado Sarney Filho (PV-MA), para quem “ficou comprovado, por todos os cruza-

mentos”, que ela não teve nenhum envolvimento com irregularidades no programa Safra Legal.

– Estou de alma lavada – desabafou ela, mas disse querer saber quem irá reparar o dano à sua imagem.

A senadora afirmou que vai “processar um a um os responsáveis pelas calúnias e difamações” e solicitar investigações aos presidentes da Câmara, Aldo Rebelo, e do Ibama, Marcus Barros.

Para Lobão, CPI errou ao responsabilizar BB

O senador Edison Lobão (PFL-MA) apontou, em discurso no Plenário na sexta-feira, ser equivocado trecho do relatório da CPI dos Correios que atribuiu ao Banco do Brasil (BB) responsabilidade pelo financiamento do chamado valerioduto. “Antes mesmo da criação da CPI, uma auditoria do BB já havia detectado o desvio de recursos através da Visanet (Companhia Brasileira de Meios de Pagamento) e tomado providências para sanar as irregularidades”, explicou o senador.

Por causa da publicação dessas conclusões consideradas falsas por Edison Lobão, caiu o valor das ações do Banco do Brasil. O banco é um dos sócios da Visanet. O relatório responsabilizou o BB pelas negociações firmadas por meio da Visanet pois, segundo o



Edison Lobão afirma que o banco já havia atuado contra desvio de dinheiro antes da CPI

texto, o banco possui autonomia para utilização dos recursos provenientes do fundo de incentivo Visanet e, portanto, seus diretores seriam os responsáveis pela alocação desses recursos e pelas

irregularidades apresentadas no relatório da CPI.

Lobão afirmou que o relatório deve ser corrigido e melhoradas suas conclusões, para atribuir o devido peso da responsabilidade de empresas privadas como a Visanet na alimentação desses financiamentos. Segundo ele, as generalizações e a falta de precisão do relatório em relação a esses fatos permitem que se confunda o papel de uma instituição nacional com a ação de determinados funcionários em um período de tempo específico.

– Vamos separar aqui o desvio de conduta de um ou mais funcionários. Foram desvios apontados na própria auditoria do Banco do Brasil. Contra estes, o Banco do Brasil está abrindo processo – declarou o senador.

Paulo Paim lamenta reajuste do mínimo por medida provisória

O senador Paulo Paim (PT-RS), em discurso no Plenário, disse lamentar que o Congresso não tenha aprovado a tempo o projeto de lei enviado pelo Executivo que prevê o aumento do salário mínimo. Por esse motivo, registrou, o reajuste teve



Paulo Paim

que ser assegurado por meio de medida provisória, editada na sexta-feira. O salário mínimo será de R\$ 350 a partir do sábado, 1º de abril.

– Lamento, porque tinha esperança que o reajuste fosse feito em cima dos debates. Eu, que sou tão contra, infelizmente reconheço que neste momento não houve alternativa – assinalou.

O senador pediu que a Comissão do Salário Mínimo examine a medida provisória para definir

como fica o reajuste para os aposentados e pensionistas, que não foram citados no texto. Paim cobra ainda uma política permanente de recuperação do valor do mínimo. Ele disse que, se houvesse uma correção baseada na inflação e no produto

interno bruto (PIB) nos últimos quatro anos, o valor do salário deveria ser de R\$ 400.

Outro ponto do discurso de Paim foi o pedido de providências ao governo a respeito da crise iminente por causa da gripe aviária. Segundo o senador, dos 4 milhões de pessoas que trabalham na cadeia produtiva do frango, 400 mil poderão perder seus empregos em curto espaço de tempo, porque as indústrias estão reduzindo em 30% sua produção.

Zambiasi celebra 90 anos do Banco do Brasil no RS

Em discurso no Plenário na sexta-feira, o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) comemorou os 90 anos da presença do Banco do Brasil (BB) no Rio Grande do Sul. Ele lembrou que, em 1º de março de 1916, foi inaugurada no centro de Porto Alegre a primeira agência do banco.

De acordo com Zambiasi, o BB exerce papel fundamental para o desenvolvimento econômico e social do país. Em especial, do Rio Grande do Sul, o estado brasileiro com o maior volume de recursos do Banco do Brasil aplicado na área rural, segundo o senador. Somente no ano passado foram R\$ 4,5 bilhões, o que corresponde a mais de 22% do total aplicado no país.

DEBATES

Debate sobre cooperativas será retomado no dia 19

O presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), concedeu, até o dia 19 de abril, vista coletiva ao novo relatório do senador senador Demostenes Torres (PFL-GO) aos projetos de lei que dispõem sobre o Sistema Cooperativista Nacional. O presidente da CRA disse que não quer protelar mais a votação.

Os PLSs 171, 605 e 428, todos de 1999 – de autoria, respectivamente, dos senadores Osmar Dias (PDT-PR) e Eduardo Suplicy (PT-SP) e do então senador e atual prefeito de Porto Alegre, José Fogaça –, tramitam em conjunto e estão na CRA, onde receberão decisão terminativa.

Demostenes alterou seu parecer, antes favorável à aprovação integral do PLS 171/99, acatando diversas emendas fruto de negociações realizadas no início deste ano, tentando contemplar as sugestões oferecidas pelos representantes de cooperativas e pelo governo. O relator ressaltou, porém, que os projetos são polêmicos, mas o governo contribui pouco para um acordo.

As propostas buscam atualizar a atual legislação que rege o sis-

tema cooperativista, datada de 1971, para adequá-la à Constituição e às exigências atuais.

Sérgio Guerra informou que os senadores petistas Sibá Machado (AC) e Ana Júlia Carepa (PA) apresentaram requerimento para que os projetos voltem à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Segundo o presidente da CRA, a medida era desnecessária, pois as matérias são discutidas amplamente na comissão.

– Esta matéria esteve há mais de oito anos na CCJ. O reexame é uma estratégia dispensável, pois as matérias na CRA são discutidas à exaustão – disse Guerra.

Sibá justificou o envio da matéria à CCJ para acertar “pontos de extrema delicadeza”, mas garantiu que, se houver acordo, o requerimento será retirado.

O presidente da CRA também comunicou que a comissão realizará audiência pública, nesta quarta-feira, para debater o processo de reforma agrária no Brasil. Foram convidados, entre outros, o atual e um ex-presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Rolf Hackbart e Marcelo Resende.



Demostenes (D) lembra que legislação sobre cooperativas é de 1971 e que projetos em discussão pretendem modernizá-la

Sindicatos pedem caça a sonegadores da Previdência

A cobrança efetiva dos maiores devedores do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), incluindo os clubes de futebol e igrejas, e um firme combate à sonegação fiscal, com prisão para os grandes sonegadores, são fórmulas eficazes para que o governo diminua o déficit previdenciário e passe a pagar uma remuneração digna, com ganho real a cada ano, a aposentados e pensionistas. Essa é a opinião de dirigentes sindicais que participaram de audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS)

O secretário-geral da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), Canindé Pegado, sugeriu a criação, no âmbito da CAS, de uma subcomissão permanente para discutir a Previdência Social como um todo. Ele também defendeu a antecipação do reajuste anual das aposentadorias para o mês de janeiro como forma de dar maior ganho aos assalariados.

O presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), Benedito Marcílio Alves da Silva, entregou ao senador Paulo Paim (PT-RS) um abaixo-assinado contendo

mais de 700 mil assinaturas em apoio ao projeto (PLS 58/03) do parlamentar gaúcho que determina que as aposentadorias e pensões terão seus valores atualizados de modo que seja restabelecido o poder aquisitivo, considerando-se o número de salários mínimos que representavam na data de sua concessão. Na prática, a proposta, conforme observou Paim, restabelece o poder de compra dos aposentados e pensionistas.

Atualmente, afirmou Benedito Marcílio, os salários pagos a aposentados e pensionistas estão defasados, “levando ao desespero milhões de brasileiros”. Ele também apoiou o restabelecimento do Conselho Nacional de Seguridade Social.

Os representantes sindicais reconheceram, entretanto, que o reajuste do salário mínimo para R\$ 350 representa ganho real para ativos e inativos. Mas admitiram que o novo mínimo está longe de atender ao preceito constitucional segundo o qual o valor deverá cobrir despesas com educação, saúde, transporte, vestuário, alimentação e lazer.

COMISSÕES

Azul, novo passaporte será muito mais seguro

O governo brasileiro começa a emitir, ainda neste primeiro semestre (veja abaixo), novo modelo de passaporte. O documento agora será na cor azul – o atual é verde – e contará com mais itens de segurança, como fundo com impressão invisível, papel com fio de segurança e um modo de costura que impede seu desmonte. Para explicar as razões da adoção de um novo passaporte, o diretor-geral da Polícia Federal, Paulo Lacerda, participa de audiência pública nesta terça-feira, às 10h, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

O presidente do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), Wagner Quirici, também participará da audiência para informar sobre a nova tecnologia do passaporte brasileiro que foi desenvolvida pela instituição. As mudanças seguem as normas internacionais de segurança estabelecidas pela Organização de Aviação Civil Internacional (Icao) da ONU. Além do passaporte comum, serão produzidos os outros cinco novos tipos emitidos pelo governo brasileiro, entre eles o verde (de serviço) e o vermelho (diplomático).



PEDRO FORTES

Documento faz parte de sistema completo de controle a ser instalado nos aeroportos e pontos de fronteira do país

Paulo Lacerda deverá informar que a mudança é resultado da crescente pressão internacional a partir de 11 de setembro de 2001, quando houve a série de atentados terroristas nos Estados Unidos. De acordo com dados divulgados na página da Polícia Federal na internet, por causa da diversidade racial do país, o passaporte brasileiro é um dos mais cobichados no mercado global da fraude. O atual passaporte poderá ser utilizado até a data de validade.

Com a tecnologia utilizada, aposta a Polícia Federal, a falsificação se tornará praticamente impossível em razão das inovações de segurança, que visam também dar maior tranquilidade aos brasileiros no exterior (residentes ou em viagem). O novo passaporte faz parte de um completo sistema de controle a ser instalado em todos os portos, aeroportos e pontos de fronteira, com leitura mecânica desses documentos na fiscalização do tráfego internacional.

Não há data para início da distribuição

Atrasos no cronograma anunciado em maio de 2005, em solenidade realizada no Palácio do Planalto, com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, impediram o cumprimento da meta de iniciar a emissão dos novos passaportes em janeiro passado. Ainda não há outra data fixada, mas a Polícia Federal espera que isso ocorra neste primeiro semestre.

Pelo contrato assinado, a Casa da Moeda deverá produzir 1 milhão de cadernetas/ano, porém até o momento a PF recebeu

apenas protótipos, com os quais tem procurado capacitar, antecipadamente, os cerca de 2 mil agentes e funcionários administrativos que vão trabalhar na emissão dos passaportes e na fiscalização nos postos de fronteira.

A parceria com o Serpro permitirá que os passaportes já saiam prontos da Casa da Moeda, com todos os dados variáveis do titular impressos, incluindo a assinatura e a foto, digitalizadas. O órgão federal desenvolveu seis programas de computador para viabilizar a emissão dos novos documentos,

além de preparar as máquinas leitoras que já foram entregues à PF e distribuídas em 18 estados.

Foi de responsabilidade do Serpro o trabalho desde a criação do novo sistema de emissão do documento, a partir de requisição pela internet, até o reconhecimento de dados biométricos e leitura das digitais, passando pela integração dos vários sistemas que monitoram a circulação de pessoas dentro e fora do país, como os cadastros de procurados pela Justiça e de suspeitas de prática de terrorismo.

Mudanças na segurança e na emissão

a) Quais as principais mudanças do novo passaporte?

O formato, a cor e, principalmente, a segurança. Novas tecnologias na produção dão ao documento maior credibilidade.

b) Por que o novo passaporte é melhor?

Porque possui 16 itens de segurança, está entre os mais modernos e seguros do mundo e é de fácil leitura pelas máquinas leitoras dos aeroportos internacionais. Proporcionará, assim, maior agilidade na sua conferência tanto no Brasil como no exterior, bem como a verificação da situação quanto a impedimento para entrada e saída do país.

O cidadão poderá requerer o passaporte pela internet, enviando seus dados biográficos eletronicamente para a Polícia Federal, com a emissão da guia de pagamento pela rede bancária. Em dia e hora previamente agendados, comparecerá, então, a um posto do órgão, para entregar os chamados dados biométricos – fotografia, assinatura

e impressões digitais.

c) Quanto tempo leva para ficar pronto?

Em, no máximo, seis dias deve ser entregue ao requerente.

d) Por que mudou?

O Brasil precisava adequar-se às normas internacionais estabelecidas pela Organização de Aviação Civil Internacional (Icao), agência da ONU.

e) Por que o novo passaporte comum é azul e não verde, como antes?

É a cor padrão definida pelos membros do Mercosul (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai), palavra que também ficará estampada na capa.

f) Por quanto tempo os passaportes atuais ainda serão válidos?

Até o seu último dia de validade, normalmente, o novo só será necessário quando o velho estiver expirado, mas a

pessoa pode pedir o cancelamento do atual, se já desejar um novo.

g) Qual será a validade do novo passaporte?

A mesma do atual, ou seja, cinco anos.

h) Mudou apenas o passaporte ou também o sistema brasileiro de fiscalização migratória?

O projeto do novo passaporte compreende também um completo sistema de controle a ser instalado em todos os portos, aeroportos e pontos de fronteira, além da rede consular no exterior, com leitura mecânica do documento na fiscalização do tráfego internacional.

i) E os vistos do passaporte antigo? Deixam de valer?

Continuam válidos pelos prazos definidos na sua emissão e o viajante deve apresentar o passaporte antigo juntamente com o novo.



COMISSÕES

2008 poderá ser escolhido o Ano Machado de Assis

O ano de 2008 poderá ser o Ano Nacional Machado de Assis, em homenagem ao centenário do escritor brasileiro, conforme projeto de lei (PLS 187/05) do senador Marco Maciel (PFL-PE) aprovado pela Comissão de Educação (CE), em decisão terminativa.

Maciel ressaltou que Machado de Assis foi um importante analista político – atividade, segundo o senador, ainda pouco conhecida. O escritor, relatou Maciel, tinha o hábito de assistir às sessões do Senado e transformava suas observações em artigos de jornal, que estão no livro *O Velho Senado*.

O parlamentar registrou que Machado de Assis colocou a literatura brasileira no cenário mundial, em uma época em que o país não contava com escritores de reconhecimento internacional. Lembrou também que o escritor teve atuação fundamental na Academia Brasileira de Letras.

A comissão acolheu ainda parecer do senador Demostenes Torres (PFL-GO), pela rejeição ao PLC 37/05, do deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR). O autor quer obrigar a apresentação, nas pequenas e médias cidades, dos espetáculos de artes cênicas beneficiados com incentivos fiscais da Lei Rouanet. Na opinião do relator, essa obrigatoriedade poderá contribuir para a falência de companhias teatrais. O projeto depende de análise em Plenário.

Outro parecer aprovado, também recomenda a rejeição do projeto (PLS 105/05) do senador Paulo Octávio (PFL-DF), que pretende alterar a Lei das Licitações (Lei 8.666/93) para determinar condições especiais de alienação de bens imóveis de propriedade pública com a finalidade de incentivar atividades esportivas, culturais e de lazer. O projeto será ainda submetido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Vai à Câmara projeto que amplia seguro-desemprego

Foram enviados à Câmara, na segunda-feira passada, dois projetos de lei aprovados pelo Senado que beneficiam portadores de deficiência física desempregados e idosos. Como as matérias não receberam recurso para discussão e votação em Plenário, foram mantidos os pareceres acolhidos em decisão terminativa, no ano passado, pelas comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Embora a pauta do Senado esteja trancada por medidas provisórias (MPs), o envio dessas matérias à Câmara foi possível pelo fato de as mesmas terem chegado à Mesa antes do trancamento da pauta de deliberações.

A CAS endossou o texto original do projeto de lei do Senado (PLS 127/04) que amplia o período de recebimento do seguro-desemprego pelo trabalhador com deficiência física. Do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), a proposta estende esse período de quatro para seis meses.



Sérgio Cabral, autor de projeto que isenta idosos carentes de taxas bancárias

Modificado pela CDH por três emendas, o outro projeto de lei do Senado (PLS 173/04) enviado à Câmara, do senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), isenta da cobrança de taxas bancárias os maiores de 60 anos que recebam um salário mínimo de aposentadoria da Previdência Social. Uma das mudanças feitas na comissão também garante esse benefício aos cidadãos maiores de 70 anos, independentemente do valor ou da origem de seus proventos.

Recursos para gestão pública mais moderna

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou pareceres favoráveis a duas mensagens presidenciais em que o governo pede autorização para contratar empréstimos externos no valor total de US\$ 116,15 milhões.

O empréstimo mais elevado, de US\$ 93 milhões, será realizado junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Convertidas em projetos de resolução, as mensagens ainda serão votadas pelo Plenário, para onde foram encaminhadas com pedido de urgência aprovado pela CAE.

A primeira mensagem requer autorização para tomar empréstimo junto ao BID, cujos recursos serão destinados à primeira fase de implementação do Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal (Pnage).

Esse programa é de natureza institucional, que tem por objetivo modernizar as administrações estaduais e promover a eficiência e a qualidade do gasto público. De acordo com o parecer do presidente da CAE e relator da mensagem, senador Luiz Otávio (PMDB-PA), a iniciativa é importante porque poderá contribuir para a redução do gasto público no Brasil. Segundo ele, cerca de 75% do Orçamento federal é executado de forma descentralizada.

Os recursos do financiamento serão repassados pela União aos estados por meio da Caixa Econômica Federal (Caixa). O



Luiz Otávio (E), com o senador Jefferson Péres, relatou mensagem de empréstimo no Banco Interamericano

desembolso deverá ocorrer entre 2006 e 2010. A amortização, feita em parcelas semestrais, vencerão entre os anos de 2011 e 2026. O programa também prevê a contrapartida de US\$ 10,2 milhões da União e de US\$ 51,8 milhões dos estados e do Distrito Federal.

Mais dinheiro para agricultores do Nordeste

A segunda mensagem trata de operação de crédito no valor de US\$ 23,155 milhões com o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (Fida). As verbas serão usadas para o financiamento do Projeto de Suporte ao Desenvolvimento de Empreendimentos de Agricultores Familiares do Nordeste, que visa reduzir os níveis de pobreza e desigualdade social na região, e para a capacitação técnica de pequenos produtores locais.

Conforme assinala o parecer do relator da mensagem, senador

Sérgio Guerra (PSDB-PE), o custo total do Pnage está estimado em US\$ 46,6 milhões. Além dos recursos previstos para serem contratados com o Fida, o projeto deverá contar com a contrapartida da União, no valor de US\$ 22 milhões, e dos agricultores beneficiados, no total de US\$ 1,47 milhão. O empréstimo terá carência de três anos. A amortização ocorrerá em parcelas semestrais, que vencerão entre março de 2008 e setembro de 2022.

No parecer, Sérgio Guerra destaca que a contrapartida dos agricultores nordestinos não consta no contrato de empréstimo negociado. E que a contrapartida da União incorpora, além das verbas orçamentárias, recursos provenientes da aplicação em crédito rural realizado pelo Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf), equivalentes a US\$ 16,9 milhões.

Audiência discute pólo petroquímico do Sul

A CAE aprovou requerimento para a realização de audiência pública que irá debater a participação acionária da Petrobras em empresas do Pólo Petroquímico do Rio Grande do Sul. O debate, em data a ser definida, será realizado em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), conforme proposta de autoria dos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Paulo Paim (PT-RS) e Pedro Simon (PMDB-RS).

O Pólo Petroquímico do Rio Grande do Sul é formado por três empresas – Braskem, Copesul e Triunfo –, nas quais a Petrobras tem participação acionária de

10%, 15% e 85%, respectivamente. Essas empresas, de acordo com o requerimento apresentado pelos senadores, tiveram lucro líquido de R\$ 1,2 bilhão em 2004.

– O retorno da Petrobras ao setor petroquímico, por meio da Petroquisa, foi uma estratégia para regular preços e manter o equilíbrio entre as empresas. A intenção da Petrobras de vender ou trocar suas ações nas empresas do pólo pode colocar a perder esse esforço, permitindo uma concentração na petroquímica brasileira – argumenta Suplicy.

A comissão também acolheu

requerimento do senador Gilvam Borges (PMDB-AP), que convidou o governador do Maranhão, José Reinaldo Tavares, a prestar informações sobre operação de crédito realizada entre o estado e a empresa Camargo Corrêa.

Outro requerimento aprovado pela CAE convida o advogado-geral da União, Álvaro Augusto Ribeiro Costa, a participar de nova audiência pública que debaterá a fusão da Secretaria da Receita Federal e da Secretaria da Receita Previdenciária. O assunto, discutido terça-feira pela comissão, deverá voltar a ser analisado nesta semana.

Crítica a Chávez por censura à imprensa provoca polêmica

Voto de censura a atos de restrição à liberdade de imprensa que estariam sendo praticados pelo presidente da Venezuela, Hugo Chávez, causou polêmica, na quinta-feira, na reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). O requerimento do voto foi apresentado pelo líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM). O parlamentar pediu que essa iniciativa fosse levada ao conhecimento de Chávez.

O relator, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), foi contrário à proposta sob a alegação de que o requerimento é inconstitucional.

Suplicy argumentou que, de acordo com a Constituição, o Brasil, em suas relações diplomáticas, deve observar o princípio da não-ingerência e não interferir em assuntos internos de outros países.

– Seria temerário emitir juízo de valor acerca das decisões soberanas de uma democracia com a qual mantemos relações privilegiadas, em razão de acharmos certo ou errado o que lá legitimamente se legisla – disse Suplicy, em seu relatório, que observou o desejo de ver as liberdades democráticas garantidas.

Por sugestão do senador Pedro Simon (PMDB-RS), Arthur Virgílio apresentará outro requerimento, com texto mais “diplomático”, para registrar a preocupação brasileira quanto a possíveis atitudes antidemocráticas de Chávez, porém, sem afetar as relações entre os dois países.

Dois acordos internacionais aprovados

A CRE aprovou, na mesma reunião, projeto de decreto legislativo (PDS 132/06) do acordo de 2000 sobre justiça e assistência

jurídica gratuitas entre os quatro países do Mercosul – Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai –, a Bolívia e o Chile. O acordo será agora examinado pelo Plenário.

Os parlamentares também acataram texto do Memorando de Entendimento entre Brasil e Argentina que tem a finalidade de estabelecer mecanismo permanente de intercâmbio de informações sobre circulação e tráfico ilícito de armas, munições e explosivos, entre outros materiais similares. O acordo foi assinado em Buenos Aires, em 2003.

COMISSÕES

Medo da gripe derruba a produção de aves

O presidente da Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frango, Ricardo Gonçalves, avalia que o setor terá de reduzir a produção em cerca de 25% para enfrentar a queda de consumo interno e das exportações de frango provocada pelas notícias sobre a gripe aviária. A notícia – segundo ele, sem fundamento científico – de que a doença chegaria em setembro ao Brasil já provoca desemprego na indústria do frango.

As exportações brasileiras caíram 20%. Cerca de 3 milhões de pessoas estão envolvidas na produção, processamento e comercialização de frango no Brasil. Ricardo Gonçalves divulgou essas informações em audiência pública conjunta da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

No ano passado, segundo Ricardo Gonçalves, o setor de exportação de frangos gerou US\$ 3,5 bilhões de divisas. Foram exportados 2,8 milhões de toneladas para 140 países no mundo. Essas cifras dobraram nos últimos cinco anos. A exportação representa um terço do consumo interno brasileiro. São abatidos 370 milhões de aves por mês, informou Gonçalves.

O presidente da Subcomissão de Promoção, Acompanhamento



Linha de produção de indústria de frango: exportações já caíram 20%, apesar de o país não ter registrado casos da doença

e Defesa da Saúde da CAS, senador Papaléo Paes (PSDB-AP), propôs durante o debate que o governo ponha em execução programa de comunicação pública para informar com precisão a sociedade brasileira sobre o assunto.

Combater as informações falsas sobre a gripe do frango é fundamental para proteger a economia brasileira e, especialmente, de estados como Santa Catarina, afirmou o senador Leonel Pavan (PSDB-SC). Dessa forma, segundo ele, se evitará o pânico, caso venha a se detectar o vírus no Brasil, o que não ocorreu até agora. Com informações precisas sobre a doença também será

possível conter a diminuição do consumo do frango causado pelo medo de contaminação, ressaltou.

O Ministério da Saúde já informou que, além de não haver qualquer caso de aves ou pessoas contaminadas no Brasil, o consumo do frango preparado no fogo não oferece risco de contaminação. “Mesmo em países onde há a doença, o consumo de frango é seguro. Bastam 60 graus para eliminar qualquer contaminação. Ao se cozinhar, assar ou fritar, se alcançam temperaturas bem mais altas. Portanto, não há motivos para se deixar de comer frango”, afirma nota do Ministério da Saúde.

Papaléo teme efeitos econômicos da crise

Papaléo Paes (PSDB-AP) alertou para os possíveis efeitos econômicos e sociais da eclosão de uma epidemia de gripe aviária, que poderiam afetar o Brasil mesmo se a doença não chegar ao país. O senador afirmou que, sendo exportador de aves, o Brasil pode ter prejuízos com o pânico que seria causado pela epidemia.

Ele exemplificou a questão ao relatar que em fevereiro deste ano, em apenas um dia, 15 mil aves morreram em decorrência do vírus H5N1 – causador da doença – no sudeste asiático. Além disso, mesmo as medidas de contenção da enfermidade trazem prejuízos, uma vez que incluem o sacrifício de aves, a imposição de quarente-

nas e embargos comerciais.

Papaléo ressaltou também que estão sendo tomadas medidas para prevenir a eclosão de surtos em território brasileiro. Ele explicou que foram montadas 66 unidades de monitoramento em todos os estados da Federação para acompanhar o movimento das aves migratórias e detectar rapidamente o eventual aparecimento de animais contaminados. O senador pediu, no entanto, que o governo procure orientar melhor a população sobre os verdadeiros riscos da epidemia.

Paulo Paim (PT-RS) disse que há estimativas de que uma crise econômica causada pela gripe aviária poderia provocar 400 mil demissões no setor avícola. Leonel Pavan (PSDB-SC) disse que o governo deve produzir mais campanhas publicitárias de esclarecimento sobre a doença e tranquilizar a população.



Papaléo Paes, no centro da mesa de debates: pânico com a epidemia pode ser o maior adversário dos interesses do Brasil

Ato médico ainda distante de consenso

O projeto de lei que define o ato médico (PLS 25/02) foi debatido mais uma vez no Senado Federal, na semana passada, com a presença de profissionais da área da saúde e da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), relatora da proposta na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O texto é polêmico, pois a definição do ato médico delimita quais atividades são exclusivas dos médicos – ou seja, a questão

abrange interesses de diversas categorias profissionais, como as dos biomédicos e fisioterapeutas, entre outras, e envolve disputa de caráter corporativo.

Lúcia Vânia afirmou que “o projeto é extremamente complexo e, por isso, vem sendo discutido há cerca de um ano”. Ela ressaltou que, “visando elaborar um substitutivo, ouviu-se tanto os médicos, que apóiam o proje-

to, como outros profissionais de saúde, que são contra a proposta ou têm sérias restrições a ela”. Foram 27 audiências e reuniões técnicas. A senadora frisou que não pretende levar a matéria a votação enquanto não houver consenso sobre os itens mais polêmicos, como a definição de “diagnóstico” e de “prescrição terapêutica”, e a de quem compete realizá-los.

Doença já matou mais de cem pessoas no mundo

A gripe aviária é causada por uma variante do vírus influenza, conhecido pela sigla H5N1, e pode variar de doença leve a uma versão altamente infecciosa. Os sintomas são muito parecidos com os da gripe comum: febre, mal-estar, garganta inflamada e tosse. Em alguns casos, ocorre conjuntivite.

Ao contrário do que acontece com as aves, a doença não passa

de um ser humano para outro. Mas há risco de o vírus sofrer mutação e se tornar contagioso entre humanos. Ele se espalha principalmente pelo ar e pelas fezes de aves contaminadas.

Até o fim de março, 105 pessoas já haviam morrido no mundo em razão da gripe aviária, desde o surgimento da doença em 2003, segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS).

Países atingidos pelo vírus

15 de dezembro de 2003

A Coreia do Sul confirma a existência de um vírus altamente contagioso de gripe aviária em frangos de uma fazenda perto de Seul e inicia o sacrifício de aves em massa, enquanto o vírus H5N1 se espalha pelo país.

27 de setembro de 2004

A Tailândia divulga um caso em que um homem provavelmente infectou outro com o vírus H5N1. O governo diz que esse caso foi um incidente isolado, que não representaria risco à população.

10 de outubro de 2005

A Comissão Europeia anuncia a proibição da importação de aves da Turquia pela União Europeia (UE), depois que o país divulga a ocorrência do primeiro caso de gripe aviária.

11 de novembro de 2005

O Kuwait anuncia a descoberta da existência do vírus na região do golfo árabe, dizendo que um flamingo morto era portador do H5N1.

15 de janeiro de 2006

A Turquia afirma que quatro crianças da cidade de Dogubayazit morreram em razão da gripe aviária.

8 de fevereiro de 2006

O primeiro caso da doença é registrado na África, em aves do norte da Nigéria.

11 de fevereiro de 2006

A Itália afirma que seis cisnes selvagens foram encontrados mortos na Sicília e estavam contaminados com o vírus H5N1. Na Grécia, três cisnes também morreram pela doença. Foram os primeiros casos de gripe aviária em países da União Europeia.

13 de fevereiro de 2006

A OMS confirma duas mortes na Indonésia e uma na China, elevando o número de vítimas para 91.

18 de fevereiro de 2006

A Índia anuncia seu primeiro caso da doença, em aves domésticas. A França confirma o primeiro caso de gripe aviária no país, um pato selvagem.

22 de fevereiro de 2006

A União Europeia aprova planos da França e da Holanda para vacinar milhões de galinhas, patos e gansos a fim de combater a gripe aviária.

24 de fevereiro de 2006

O governo do Camboja afirma que o vírus H5N1 está de volta ao país, depois de serem encontrados patos mortos perto da fronteira com o Vietnã. O reaparecimento foi o primeiro em meses no país asiático.

25 de fevereiro de 2006

A França confirma o H5N1 em uma granja no leste do país, onde milhares de perus morreram. Esse foi o primeiro caso da doença em animais domésticos da União Europeia.

2 de março de 2006

Um gato encontrado morto no norte da Alemanha é apontado como portador da versão mortal do vírus que pode ser transmitido aos humanos.

6 de março de 2006

A OMS confirma a nona morte pela gripe aviária na China, elevando o balanço mundial de vítimas para 95 pessoas mortas.

Fontes: Folha Online/OMS



PLENÁRIO

ROOSEVELT PINHEIRO



Negociações permitiram aprovação da proposta que cria cargos na Anac e gratificações no Executivo

MPs aprovadas liberam recursos para governo

O Senado aprovou três medidas provisórias (MPs) na tentativa de desobstruir a pauta. A primeira delas (MP 270) abre crédito extraordinário de R\$ 825,9 milhões no Orçamento para a Câmara, o Senado, a Presidência da República e os ministérios da Fazenda e da Integração Nacional. A matéria vai à promulgação.

Os valores das suplementações são de R\$ 208,7 milhões para a Câmara dos Deputados e R\$ 155 milhões para o Senado Federal, para complementar os valores necessários para pagamento de pessoal em razão do reajuste dos servidores; R\$ 62,2 milhões para a Presidência da República, para ações de aceleração de aprendizagem do programa ProJovem; R\$ 200 milhões para a Fazenda, para o pagamento ao Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) por serviços de informática prestados à Receita Federal; e R\$ 70 milhões para a Integração Nacional, para implantação de sistema de abastecimento de água em Macaíó (AL). As obras visam evitar a freqüente falta d'água nos bairros de maior densidade populacional da capital alagoana.

A MP também transfere R\$ 130 milhões para Mato Grosso, visando atender passivos da União,

para despesas com servidores inativos e pensionistas.

Na forma de projeto de lei de conversão (PLV 2/06, derivado da MP 269/05), os senadores aprovaram a proposta que cria cargos na recém-instalada Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), aumenta as gratificações dos servidores de agências reguladoras e da Agência

Emenda excluiu cobrança de taxa paga à fiscalização feita pela Anac

Brasileira de Inteligência (Abin), e cria cargos efetivos no Itamaraty, no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi), no Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) e na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Emendas apresentadas pela relatora, senadora Fátima Cleide (PT-RO), viabilizaram a aprovação do projeto, que volta à apreciação dos deputados.

Foi excluída do texto a fixação da Taxa de Fiscalização da Aviação Civil (Tfac), relativa ao poder de polícia decorrente das atividades de fiscalização da Anac sobre as companhias aéreas, aeroportos e prestadores de serviços aéreos em geral. Também foi suprimida a criação de cargos de livre provimento para o Executivo e reduzido de 400 para 105 o número de cargos criados para a carreira de diplo-

mata no Ministério das Relações Exteriores.

Os senadores cortaram ainda pela metade (180 dias) o prazo para o Executivo enviar ao Congresso o projeto sobre a nova estrutura de remuneração dos servidores públicos das agências reguladoras e estende o aumento das gratificações aos servidores cedidos para agências.

O Senado acolheu a MP 271/05, que autorizou a União a repassar R\$ 900 milhões para estados, Distrito Federal e municípios a título de compensação por prejuízos com as exportações. Estados e o Distrito Federal perdem arrecadação de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) por conta da desoneração das exportações proporcionada pela chamada Lei Kandir.

Congratulações e aplausos pelo Plenário

Foram aprovados em Plenário requerimentos dos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Ideli Salvatti (PT-SC) propondo o envio de congratulações ao astronauta Marcos Pontes que integra uma missão na Estação Espacial Internacional. Os senadores também aprovaram envio de voto de louvor à Igreja Adventista do Sétimo Dia pela campanha de incentivo à doação de sangue, requerido pela senadora Heloísa Helena (PSOL-AL).

HOMENAGEM

Relação entre Poderes domina sessão para Jobim

A relação entre os Poderes da República foi o tema que dominou a homenagem ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Nelson Jobim no Plenário do Senado.

– Precisamos preservar, acima das divergências eventuais, a autonomia e harmonia entre os Poderes, que precisam fazer sua parte dentro dos limites constitucionais – afirmou o presidente do Senado, Renan Calheiros.

O senador José Sarney (PMDB-AP) condenou a freqüência com que o Legislativo recorre ao STF para dirimir conflitos, muitas vezes de natureza política. Apesar dos atritos, Renan ressaltou que a criação da CPI dos Bingos foi consequência de uma decisão do STF.

Ao receber a Grã-Cruz da Ordem do Congresso Nacional, Jobim justificou que, se o STF tomou decisões que desagradaram o Parlamento, foi porque foi instado a fazê-lo.

– Aqueles que não têm condições de superar suas dissidências e apelam para terceiros não merecem consideração – disse Jobim, que reconheceu o papel do senador Pedro Simon (PMDB-RS) em sua vida pública.

Autor do pedido para realizar a homenagem, Aloizio Mercadante (PT-SP) anunciou que Jobim deixa a magistratura para voltar a militar na política. Ney Suassuna (PMDB-PB) recordou que Jobim sempre foi um quadro do PMDB, enquanto Sérgio Zambiasi (PTB-RS) e Paulo Paim (PT-SP) disseram esperar Jobim em seu estado. Outros 12 senadores se revezaram na tribuna para destacar a atuação de Jobim na criação do Conselho Nacional de Justiça e na relatoria da reforma constitucional de 1993.

Entre outras autoridades, a sessão contou com a presença do presidente da Câmara, Aldo Rebelo, e da presidente eleita do STF, Ellen Gracie.



Entre Renan e a ministra Ellen Gracie, Nelson Jobim ouviu dos senadores elogios a sua atuação na modernização do Judiciário

Presidência



Na última sexta-feira, dia em que deixou a pasta das Relações Institucionais para concorrer ao governo da Bahia, o ministro Jaques Wagner (E) visitou o presidente do Senado, Renan Calheiros (C), para agradecer a boa convivência cultivada ao longo de sua permanência no cargo. Junto com ele, estava Tarso Genro, que assume a Secretaria de Relações Institucionais nesta segunda-feira. Genro e Wagner compareceram ao Congresso em dia de reforma ministerial. O presidente Lula trocou nove ministros (oito deixam o governo para concorrer nas próximas eleições e um troca de pasta).

Municípios pedem socorro

O presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski, pediu ajuda ao presidente do Senado, Renan Calheiros, para que interceda junto à Câmara pela votação da reforma tributária, já aprovada no Senado. A proposta está há dois anos e meio na Câmara. Ziulkoski também anunciou a realização, no fim de abril, da Grande Marcha dos Prefeitos Brasileiros a Brasília, que deverá reunir mais de 3 mil chefes municipais.

Agenda da CNI para 2006

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Armando Monteiro, entregou a Agenda Legislativa de 2006 aos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Aldo Rebelo. As prioridades da indústria são projetos como a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, os marcos regulatórios do gás e do saneamento básico e a política de defesa da concorrência.

Renan apóia doação de sangue

Em companhia do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), Renan Calheiros deu apoio à campanha lançada pela Igreja Adventista do Sétimo Dia para estimular a doação de sangue por 50 mil jovens de todo o país durante a Páscoa. O Brasil gasta US\$ 300 milhões por ano importando hemoderivados. Zambiasi explicou que as informações sobre como fazer a doação estão no site www.projetoMaisVida.com.br.

Não à propaganda de alcoólicos

Renan Calheiros recebeu um manifesto de jovens evangélicos brasileiros do movimento Atos solicitando a aprovação de lei que proíba a propaganda de bebidas alcoólicas.

Marcos Paulo Ferreira explica que o movimento já reuniu mais de 700 mil assinaturas em favor da proposta. Estudos médicos, acrescentou, comprovam que o álcool é o primeiro passo do adolescente no mundo das drogas.



180 anos do Senado

A polarização ideológica comum aos anos 60 deságua, no Brasil, em um golpe militar que ceifou mandatos e vidas e privou o país da democracia



O Congresso mutilado pelos militares

O regime militar começa com o golpe de 31 de março de 1964 e prossegue por mais de 20 anos, marcando um dos mais tristes períodos do Parlamento brasileiro. Vários mandatos foram cassados, direitos políticos suspensos, partidos e

organizações sociais proscritos. Em meio à repressão, à guerrilha, à censura, à tortura, surgia dentro do Senado uma voz corajosa em defesa da liberdade, o alagoano Teotônio Vilela, um guerreiro da democracia, regime que só voltaria após a sua morte.

Revolucionários legislam com atos institucionais

“Desordem financeira, desordem administrativa, desordem política e, já agora, não receio em afirmar, se prenuncia a desordem militar com as sucessivas quebras de hierarquia e disciplina.” Esse cenário, nas palavras do senador Antônio Carlos Konder Reis, justificaria o golpe militar de 1964.

Com o golpe, assumiu o Supremo Comando Revolucionário, que decretou o Ato Institucional nº 1 (AI-1), permitindo a suspensão dos direitos políticos de qualquer cidadão e a cassação sumária de parlamentares, além de determinar a eleição indireta do presidente da República. Foi escolhido o marechal Humberto de Alencar Castello Branco.

Começou um período de caça às bruxas, em que partidos e organizações sociais foram fechados e direitos políticos, cassados.

No Senado, houve uma confusão de sentimentos. Viu-se, por exemplo, o senador paraibano Argemiro de Figueiredo pronunciar-se em defesa do ex-presidente João Goulart no início de abril; uma quinzena depois, defender os ideais revolucionários; em junho, apoiar o senador e ex-presidente Juscelino Kubitschek, que acabara de ser cassado; e, em pouco mais de um mês, exaltar o golpe militar.

Em outubro de 1965, foi editado o AI-2, que entre outras medidas instituiu o bipartidarismo e levou à polarização entre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), que reunia os partidários do novo regime, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), uma oposição permitida. O Congresso Nacional se viu enfraquecido. Poucos se arvoravam a criticar o



General Figueiredo, último presidente do ciclo militar, se reúne com Paulo Maluf, candidato da Arena

regime, como o senador baiano Josaphat Marinho.

Constituição militar para regime militar

No final de 1966, foi decretado o AI-4, que convocou uma Assembleia Nacional Constituinte entre 12 de dezembro daquele

ano e 24 de janeiro de 1967. Na realidade, os parlamentares discutiram o projeto de Constituição apresentado pelo marechal Castello Branco.

Os constituintes de 1967 promulgaram basicamente um texto ditatorial, mas conseguiram duas vitórias: a proibição de fechar o

Congresso e a criação do instituto da imunidade parlamentar.

Em 15 de março de 1967, o senador Auro Soares de Moura Andrade, presidente do Senado, em sessão conjunta do Congresso, deu posse ao marechal Arthur da Costa e Silva, segundo presidente do regime.

JK: volta ao Planalto frustrada pelo golpe

Juscelino Kubitschek passou a faixa ao seu sucessor Jânio Quadros com planos de reassumir a Presidência em 1965, tendo o *slogan* pronto: “Cinco anos de agricultura para 50 anos de fatura”. Em 1961, elegeu-se senador por Goiás. Com o golpe militar de 1964, como democrata e opositor ao regime, JK prevê sua cassação em discurso proferido em 3 de junho.



Juscelino Kubitschek

Estava certo. Cinco dias depois foi cassado por decreto do presidente marechal Castello Branco. Durante três anos, ficou exilado em Lisboa. Ao voltar, foi preso e proibido de entrar em Brasília. Em 1976, morreu num acidente de automóvel na Rodovia Dutra. Neste ano, comemoram-se os 50 anos do início do governo JK e os 30 anos de seu falecimento.

Teotônio, o menestrel da democracia

Teotônio Vilela era um dos tradicionais políticos que apoiavam o regime militar. Em 1966 exercia o mandato de senador por Alagoas, mas logo se tornaria um dos críticos da ditadura. Por amizade com políticos influentes do período, não foi cassado. Em 1975, iniciou um movimento pela redemocratização nacional em discursos memoráveis no Senado e ganhou o apelido de “Menestrel das



Teotônio Vilela

Alagoas”. Era aplaudido de pé pelos parlamentares do MDB. Teotônio percorreu o Brasil em campanha pela volta da democracia. Em contato com a miséria nordestina, elaborou o Projeto Emergência, em que propunha a moratória da dívida externa, reformas sociais e eleições diretas para presidente. Em 27 de novembro de 1983, o “Guerreiro da Paz” morreu de câncer generalizado.

Anos de chumbo e abertura gradual

O ano de 1968 foi marcado por manifestações pela volta da democracia. Após discurso do deputado federal Márcio Moreira Alves, convocando a população a não participar das festividades do dia 7 de setembro, os militares decidiram cassar o parlamentar.

No Senado, Josaphat Marinho foi o grande defensor do deputado. Os militares, por sua vez, percebendo que seu intento não seria alcançado, pressionaram o presidente e este, em 13 de dezembro de 1968, assinou o AI-5.

O AI-5 foi um “golpe dentro do golpe”. O Congresso esteve fechado por mais de dez meses, foram cassados mais mandatos e direitos políticos, o estado de sítio permanente acabou decretado e o instituto do *habeas corpus* suspenso. Em resposta ao AI-5, parte da sociedade se engajou na luta armada, em guerrilhas urbanas e rurais.

Costa e Silva adoeceu e, tendo

em vista que seu vice era o civil Pedro Aleixo, os ministros militares decretaram o impedimento temporário do presidente em 31 de agosto de 1969 e convocaram novas eleições para a Presidência.

A Junta Militar promulgou a Emenda Constitucional nº 1, em 17 de outubro de 1969. Era a constitucionalização do AI-5. Em 22 de outubro de 1969, o Congresso voltou a funcionar, convocado para eleger o novo presidente, general Emílio Garrastazu Médici, que assumiu o poder no dia 30 daquele mês, em sessão presidida pelo senador carioca Gilberto Marinho.

O governo Médici foi o auge do que se chamou “anos de chumbo” do regime militar. A tortura se tornou corriqueira nos chamados “porões da ditadura”. Mas foi nesse período que o Congresso voltou a lutar, mesmo que discretamente, pela volta da democracia, e senadores como o paulista André Fran-

co Montoro mostraram coragem de subir à tribuna para defender a democracia.

Em 15 de março de 1974, o senador Paulo Torres deu posse ao penúltimo presidente militar, o general Ernesto Geisel, que começou o processo de “abertura lenta e gradual” do regime. Em 1975, por exemplo, suspendeu a censura à imprensa.

Entretanto, prevendo uma vitória da oposição nas eleições de 1978, Geisel fechou o Congresso Nacional por duas semanas em abril de 1977 e mudou as regras eleitorais, criando o senador “biônico” – um em cada três senadores passou a ser eleito indiretamente pelas assembleias legislativas de seus estados – e mantendo eleições indiretas para governador.

Em 1978, Geisel revogou o AI-5 e criou, finalmente, condições para a abertura política rumo à redemocratização.

HISTÓRIA BRASILEIRA - CRONOLOGIA 1964-1979

1º/4/1964	Militares tomam o poder; provisoriamente, o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, assume a Presidência
15/4/1964	Marechal Humberto de Alencar Castello Branco toma posse como presidente para completar o mandato de João Goulart
22/7/1964	Emenda Constitucional 9 prorroga o mandato de Castello Branco até 15/3/1967
12/12/1966	Ato Institucional 4 (AI-4) convoca o Congresso Nacional para debater um projeto de Constituição
24/1/1967	Promulgada a Constituição de 1967, sexta Carta do país
15/3/1967	Marechal Arthur da Costa e Silva assume a Presidência
13/12/1968	Decretado o Ato Institucional 5 (AI-5), que suspende direitos políticos e torna a ditadura ainda mais bruta
31/8/1969	Costa e Silva é afastado por problemas de saúde; ministros militares declaram a Presidência vaga e convocam novas eleições
17/10/1969	Outorgada a Emenda Constitucional nº 1, modificando praticamente toda a Constituição de 1967 e mantendo o AI-5
30/10/1969	Assume a Presidência o marechal Emílio Garrastazu Médici
15/3/1974	Assume a Presidência o general Ernesto Geisel
1º/4/1977	Geisel decreta o fechamento do Congresso Nacional por 14 dias e edita o “Pacote de Abril”
17/10/1978	A Emenda Constitucional 11 revoga o AI-5

Voz do Leitor

CORRUPÇÃO

“Manifesto meu repúdio aos parlamentares que renunciam ao mandato quando são suspeitos de corrupção e ainda recebem aposentadoria. Deveriam ser julgados e, se condenados, presos, e não receber nenhum tipo de benefício. Enquanto há cidadãos vivendo miseravelmente, pagando altas taxas de juros, esses ex-parlamentares descansam com o dinheiro público.”

Ronaldo Rodrigues de Souza, de São Paulo (SP)

NORDESTE

“Era uma vez um retirante nordestino que chegou a São Paulo levando sua indignação quanto ao estado das coisas da sua terra. Tornou-se líder sindical e chegou à Presidência da República, mas trazia ainda em sua boca o amargo da água salobra e dos calangos que comeu para sobreviver. Bastou experimentar o gosto de vinhos especiais e ter a mesa farta, que seu cargo lhe proporciona, para esquecer seus irmãos.”

Guido Chiniara Batuta, de Valinhos (SP)

SALÁRIO MÍNIMO

“No governo atual, o Brasil teve um grande avanço do piso salarial. O governo anterior passou oito anos tentando fixar o salário em US\$ 100. O governo atual conseguiu atingir e ultrapassar essa meta. Isso ocorreu devido ao crescimento recorde do país nas importações e nas exportações. Esse é o mérito principal do governo federal. Esse crescimento precisa melhorar e a tendência é que, com o crescimento do país, o salário mínimo também melhore. A esperança da

população brasileira, em vista desse crescimento, aumenta a cada dia.”

Rildo Alves de Oliveira, de Desterro (PB)

AUMENTO

“Fico estarelecida quando, por ocasião do aumento do salário mínimo, aparecem tantas dificuldades e acordos para se liberar um salário de fome. O que será que pensamos sobre nós, assalariados? Será que nos julgamos bobos ao ponto de acreditarmos na matemática fraudulenta que nos apresentam como justificativa para um aumento tão pequeno?”

Maria José Rocha Fajardo, de Muriaé (MG)

SÃO PAULO

“Solicito intervenção federal junto à Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, pois esse é o estado que mais arrecada imposto e tem o pior salário de delegados, de policiais militares e de policiais civis. Isso fere a Declaração Universal dos Direitos Humanos.”

Ronaldo Rodrigues de Souza, de São Paulo (SP)

APOSENTADOS

“O aposentado, via de regra, sofre diversas discriminações na nossa sociedade. Além disso, considero que há ainda uma perseguição que foi institucionalizada pela Emenda Constitucional 20, que não permite que aquele que já se aposentou, se for aprovado em concurso público, volte a trabalhar. Sugiro que os senhores senadores examinem esse assunto e corrijam com toda rapidez essa injustiça e discriminação.”

Euclides M. Dalmarco, de Blumenau (SC)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Pergunte ao Senador

EMIGRANTES ILEGAIS

Claudinei Almeida de Souza, de São João do Oriente (MG)

“Senador Marcelo Crivella, qual o motivo dos parlamentares quererem investigar por que tantos brasileiros emigram de forma ilegal? Em minha opinião, isso se dá em decorrência da corrupção no Brasil.”

O senador Marcelo Crivella (PMR-RJ) responde:

Prezado Claudinei, o que nós estamos investigando não é o brasileiro que sai do país por opção e sim aquele que sai por falta de alternativa e fica vulnerável, sujeito a quadrilhas que promovem a emigração ilegal. A ação dessas pessoas não era punida, mas com o projeto apresentado pela CPI da Emigração Ilegal será considerado crime. A proposta já foi aprovada pelo Plenário do Senado e agora será discutida na Câmara. Esse é o problema que mais nos preocupa porque expõe a vida de pessoas humildes, muitas vezes mulheres e crianças. Várias pessoas já morreram na tentativa de deixar o país e buscar outro lugar para morar. Eu sei que o pano de fundo de todo o problema é a crise econômica e passa pela corrupção em nosso país, desigualdade social e concentração de poder e renda. Essas são situações históricas que temos enfrentado, mas os índices mostram que estamos vencendo os problemas. Nesse momento, no caso da emigração ilegal, o que cabe a nós, como autoridades legislativas, é entender os questionamentos sociais, propor as leis e punir aqueles que se aproveitam da crise para exportar pobres.



TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Evangelista de Sales Jovino, de Boqueirão (PB)

“Senador Fernando Bezerra, existe, no projeto de transposição do rio São Francisco, a questão da distribuição de água em lugares onde os canais de irrigação não podem alcançar?”

O senador Fernando Bezerra (PTB-RN) responde:

Evangelista, de acordo com o projeto de transposição, os canais que irão receber as águas do rio São Francisco deverão abastecer barragens estrategicamente distribuídas no Nordeste setentrional quando houver um período maior de estiagem. A partir daí, a água será destinada ou para fins econômicos ou para consumo humano. A água terá um custo tanto para chegar à barragem como para ser utilizada para consumo humano. Dessa forma, é fundamental que cada estado, a partir da transposição, construa a sua rede de abastecimento para levar água às populações que vivem mais distantes das barragens e que estão mais sujeitas aos problemas causados pela seca. O compromisso do programa de transposição do São Francisco é transportar a água até as barragens. No meu estado, o Rio Grande do Norte, por exemplo, as barragens Santa Cruz e Armando Ribeiro Gonçalves irão receber as águas dos canais que serão construídos. A partir dessas barragens, que são estratégicas, outras deverão ser construídas, assim como toda a rede hídrica para a distribuição de água. Essa parte, como já lhe expliquei, Evangelista, caberá ao estado, e não ao governo federal.



Frases

“Hoje começamos a escrever um capítulo importante da história política do país e do Congresso Nacional”

Delcídio Amaral, presidente da CPI dos Correios, em balanço dos trabalhos da comissão.

“Quem for podre, que se quebre”

Heloísa Helena, ao anunciar que o PSOL vai exigir que a CPI dos Correios apresente resultados práticos, punindo os culpados.

“A verdade vai aparecer. Só espero que seja a tempo, para que se faça justiça a um homem que tanto contribuiu para a dignidade da população”

Ideli Salvatti, em defesa do ex-ministro Antonio Palocci.

“Desejo boa sorte a Mantega, que tem sólida formação sociológica e será bom se tiver condição de baixar os juros”

Renan Calheiros, sobre a escolha de Guido Mantega para o lugar de Antonio Palocci.

“O ex-presidente da Caixa Econômica Federal Jorge Mattoso nos fez de bobos”

Wellington Salgado, um dos senadores que estiveram com o ex-presidente da Caixa, que, na ocasião, disse nada saber sobre a quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa.

“Ele governou um banco que tem séculos de história. O poupador vem colocando seu dinheirinho ali e acontece esse estupro”

Tasso Jereissati, que defendeu a demissão de Jorge Mattoso.

“Ele não é neném, nem é inocente”

Arthur Virgílio, ao reiterar que o presidente Lula sabe dos acontecimentos da crise política.

“Ficou provado que o lado mais fraco é o da mentira”

Francenildo Santos Costa, caseiro que confirmou ter visto Antonio Palocci, então ministro da Fazenda, na mansão em Brasília.

“O tapete azul do Senado não é o tapete vermelho do STF”

Nelson Jobim, em protesto contra a freqüente apresentação no Supremo de ações de inconstitucionalidade por grupos derrotados no Congresso.

Foto da Semana

Nove meses depois de instalada, a CPI dos Correios chega à fase de votação do relatório final, apresentado na quarta-feira. O senador Delcídio Amaral e o deputado Osmar Serraglio, respectivamente presidente e relator da comissão, superaram as críticas iniciais de que lideravam uma “CPI chapa-branca” e chegaram ao fim dos trabalhos elogiados pela postura neutra que adotaram à frente do colegiado



MOREIRA MARIZ

Em debate, o fim do voto secreto no Congresso

O fim do voto secreto nas deliberações do Congresso voltou ao espaço das discussões parlamentares. Entre os motivos está a absolvição de deputados pelo Plenário da Câmara, após o Conselho de Ética ter votado pela cassação dos mandatos. A repercussão negativa perante a sociedade levou senadores e deputados a pedirem mudança na Constituição.

Há quem defenda o fim do voto secreto apenas para análise de cassações, e a manutenção do sigilo para escolha de embaixadores, por exemplo. Uma proposta de acabar com o voto

secreto chegou a ser rejeitada em 2003 pelo Senado.

O *Conexão Senado*, que vai ao ar na segunda-feira a partir do meio-dia, debate o assunto. O ouvinte também pode participar pelo telefone (61) 3311-1261, pelo fax (61) 3311-2777 ou pelo e-mail conexao@senado.gov.br. Para mais informações, acesse www.senado.gov.br/radio.

Programa da TV Senado é finalista em concurso

O episódio "Educação inclusiva", do programa *Inclusão*, produzido pela TV Senado, com direção e apresentação da jor-

nalista Solange Calmon, é um dos três finalistas da categoria televisão do prêmio IGE de Jornalismo.

O concurso é coordenado pelo Instituto Gestão Educacional (IGE) e busca premiar trabalhos jornalísticos que tenham tratado da qualidade da educação básica pública no país. A premiação será em 25 de abril, em São Paulo.

O *Inclusão* já foi premiado com o troféu Clara de Assis de Tele-

visão, da CNBB, pelo episódio "A população de rua", e recebeu menção honrosa da Associação Brasileira de Psiquiatria e do Laboratório Lilly pelo tema "Transtornos mentais". O mesmo "Educação inclusiva" já recebeu prêmio especial do Unicef.

O programa é transmitido pela TV Senado sempre aos sábados, às 11h30, e domingos, às 9h. Para outras informações, há ainda o e-mail inclusao@senado.gov.br.



O *Inclusão* divulga as dificuldades dos brasileiros que estão fora do processo produtivo e os aproxima do trabalho legislativo

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

1h - Cidadania 1
2h - Especiais
2h30 - Fala Cidadão
3h - Idéias
3h30 - Entrevista 1
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Idéias
5h30 - Fala Cidadão
6h - Cidadania 2
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 2
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Especiais/Comissões
12h - Idéias
12h30 - Entrevista 3
13h - Cidadania 3
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Conversa de Músico
19h30 - Cidadania 4
20h30 - Entrevista 4
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

1h - Cidadania 4
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 4
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 1
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 1
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Comissões (ao vivo)
13h - Cidadania 2
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 3/Comissões
20h30 - Entrevista 3
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

1h - Cidadania 3
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil

3h30 - Entrevista 3
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 4
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 4
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Comissões (ao vivo)
13h - Cidadania 1
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 2/Comissões
20h30 - Entrevista 2
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

1h - Cidadania 2
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 2
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 3
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 3
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Plenário (ao vivo)
13h - Cidadania 4
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 1/Comissões
20h30 - Entrevista 1
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

1h - Cidadania 1
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 1
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 2
7h - Especiais

7h30 - Entrevista 2
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Plenário (ao vivo)
13h - Cidadania 3
14h15 - Jornal do Senado
14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
19h30 - Cidadania 4
20h30 - Entrevista 4
21h - Jornal do Senado
21h30 - Conversa de Músico
22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
23h30 - Idéias
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

1h - Cidadania
2h - Idéias
2h30 - Jornal do Senado
3h - Especiais
3h30 - Entrevista
4h - Fala Cidadão
4h30 - De Coração
5h - Especiais
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania
7h - Idéias
7h30 - Entrevista
8h - De Coração
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Idéias
11h30 - Especiais
12h - Jornal do Senado
12h30 - Entrevista
13h - Fala Cidadão
13h30 - Cidadania
14h30 - Conversa de Músico
15h - Espaço Cultural
16h - Debate Brasil/Especiais
17h - Entrevista
17h30 - Idéias
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h - Cidadania
20h - Leituras
20h30 - Fala Cidadão
21h - Jornal do Senado
21h30 - Espaço Cultural
23h - Idéias
23h30 - De Coração
24h - Espaço Cultural/Entrevista

DOMINGO

1h - Cidadania
2h - Fala Cidadão
2h30 - Jornal do Senado
3h - Especiais
3h30 - Entrevista
4h - Idéias

Como sintonizar

TV A CABO

NET, Canbras TVA, Canbras e Vídeo Cabo

TV POR ASSINATURA

Sky, Directv e Tecsat

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:

Satélite - B1

Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal

Frequência - 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite - B1

Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical

Frequência - 3.644,4 MHz

Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz

Antena - 3,6 m

PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate - 3,2143Ms/s

FEC - 3/4

UHF

Canal 51, no Distrito Federal

4h30 - De Coração
5h - Especiais
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania
7h - Fala Cidadão
7h30 - Entrevista
8h - Jornal do Senado
8h30 - De Coração
9h - Especiais
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Fala Cidadão
11h30 - Especiais
12h - Jornal do Senado
12h30 - Entrevista
13h - Cidadania
14h30 - Espaço Cultural
16h - Debate Brasil/Especiais
17h - Fala Cidadão
17h30 - Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h - Cidadania
20h - Conversa de Músico
20h30 - Leituras
21h - Idéias
21h30 - Espaço Cultural
23h - Fala Cidadão
23h30 - De Coração
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

Rádio Senado

SEGUNDA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Música e Informação
12h - Conexão Senado
13h40 - Senado Notícias
14h - Plenário (ao vivo)
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Vozes do Século XX (reprise)

TERÇA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Música e Informação
9h30 - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias
14h - Plenário (ao vivo)
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Música e Informação
9h30 - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias
14h - Plenário (ao vivo)
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Música e Informação
9h30 - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias
14h - Plenário (ao vivo)
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Escala Brasileira

SEXTA-FEIRA

8h - Senado Notícias
9h - Plenário (ao vivo)
12h - Música e Informação
14h10 - Senado Notícias
14h30 - Música e Informação
19h - Voz do Brasil (ao vivo)
20h - Música e Informação
22h - Senado Notícias
23h - Música e Informação

SÁBADO

8h - Música e Informação
9h - Prosa e Verso
11h - Música Erudita
12h - Música e Informação
16h - Música do Brasil
17h - Música e Informação
20h - Escala Brasileira
21h - Música e Informação
22h - Vozes do Século XX
23h - Música e Informação

DOMINGO

8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros
9h30 - Música e Informação
11h - Música do Brasil (reprise)
12h - Música e Informação
15h - Música Erudita (reprise)
16h - Música e Informação
17h - Vozes do Século XX (reprise)
19h - Música e Informação
20h - Jazz & Tal
21h - Música e Informação

Como sintonizar

FM

Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas

ONDAS CURTAS

Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros, nas regiões Norte e Nordeste

INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player

ANTENA PARABÓLICA

Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

RESENHA

As leis mais duradouras da história brasileira

ALEXANDRE GUIMARÃES

A dinastia de Avis não deixara herdeiros – em 1578 morreu dom Sebastião, e, em 1580, faleceu o cardeal dom Henrique –, e Portugal e suas colônias, após pequena disputa, caíram nas mãos do rei da Espanha, Filipe II (em Portugal, Filipe I), que reinou esta União Ibérica.

Houve a necessidade urgente de compilar as ordenações e leis de então, o que seria concretizado no chamado Código Filipino, seguido desde sua impressão em 1603.

As Edições do Senado Federal republicam, em fac-símile, a 14ª edição do *Código Filipino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal*, datada de 1870. Em quatro volumes, pode-se ler todo o conteúdo do que foi o conjunto de leis de maior duração da história de nosso país.

Note-se que, em 1640, com a chamada “Restauração”, chegou ao fim a União Ibérica. Portugal, novamente independente, foi governado pela dinastia dos Bragança, sendo seu primeiro rei dom João IV, que se recusou a ser coroado, consagrando o reino português à Virgem Maria. Entretanto, por comodidade, o novo rei não suspendeu a vigência das Ordenações Filipinas,

pelo contrário, as confirmou.

Apesar das várias tentativas de reforma, o Código Filipino vigorou em Portugal até o advento do Código Civil de 1867. No Brasil, as determinações das Ordenações Filipinas foram revogadas em 1824, com a outorga da Constituição imperial; em 1830, com a entrada em vigor do Código Criminal do Império; e, finalmente, em 1917, com o primeiro Código Civil Brasileiro. Elas são, pois, o instrumento legislativo com maior vigência, tanto em Portugal quanto no Brasil.

A obra é essencial a historiadores e juristas, mas também de grande interesse a todos que tentam entender a formação jurídica de nosso país.



Alexandre Guimarães é consultor legislativo do Senado Federal. O livro *Código Filipino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal*, em quatro volumes, pode ser adquirido por R\$ 50. Mais informações podem ser obtidas pelo e-mail livros@senado.gov.br ou pelo telefone (61) 3311-4755.

SENADO

Interlegis debate o censo do Legislativo

Com a presença de pesquisadores nacionais e internacionais, o Senado realizará a Conferência Internacional 1º Censo do Legislativo Brasileiro, de quarta-feira a sexta-feira desta semana. O objetivo é reunir estudiosos em Ciência Política do Brasil e do exterior para discutir os resultados do primeiro censo do Legislativo realizado no país.

Promovido pelo Programa Interlegis – uma parceria entre o Senado e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) –, o estudo é inédito no país. Apurou informações detalhadas sobre o perfil dos legisladores e sobre as condições de funcionamento das câmaras municipais e assembleias legislativas.

A conferência reunirá pesquisadores renomados como Argelina Cheibub (Cebrap/Iuperj-RJ), David Altman (Universidade do Chile) e José Francisco Sánchez López

(Universidade de Salamanca, Espanha). Também já confirmaram presença Hélio Jaguaribe (Iesp, Rio de Janeiro), Louis Sandy Maisel (Colby College, Estados Unidos), Stephane Monclair (Universidade de Paris, Sorbonne), Timothy Joseph Power (Universidade de Oxford, Inglaterra), Jens Borchert (Universidade de Berlim, Alemanha), entre outros.

O evento, que ocorrerá no Auditório Petrônio Portella, tem entrada gratuita. Os que não estiverem em Brasília poderão

acompanhar as discussões por videoconferência, em espaços montados especialmente para isso nas assembleias estaduais, ou pela internet (www.interlegis.gov.br). Os inscritos pela internet também receberão certificados.



Estudo revela situação das câmaras municipais brasileiras, como esta, no interior do Maranhão

Uma radiografia do interior do Brasil

O 1º Censo do Legislativo fez um levantamento completo das qualidades, carências e deficiências do Poder Legislativo no país, em todos os níveis, e deverá apoiar a definição de estratégias que possam contribuir para capacitar e modernizar as assembleias estaduais e câmaras de vereadores, principalmente aquelas localizadas no interior brasileiro.

Para a coleta dos dados, 189 recenseadores percorreram, em média, 5 mil quilômetros cada um, em três meses. Visitaram todos os municípios brasileiros, em automóveis, ônibus, aviões, motos, barcos e até em lombo de burro. Uma das revelações importantes do censo foi a descoberta de cinco novos municípios. Enquanto o IBGE contabilizava 5.559 cidades, o Interlegis catalogou 5.564 municípios no país.

Estatuto do deficiente é discutido em seminário

O programa Interlegis – comunidade virtual de integração do Legislativo – realizou debate na quarta-feira sobre o substitutivo ao Projeto 06/03, que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Por meio de videoconferência, assembleias legislativas de todo o país, entidades não-governamentais, órgãos públicos, especialistas e pessoas com deficiência puderam acompanhar o seminário. Estavam presentes o autor do projeto, senador Paulo Paim (PT-RS), o relator, senador Flávio Arns (PT-PR), e o presidente da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais da Pessoa com Deficiência, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), entre outros parlamentares.

Conheça o Senado

Rede virtual aproxima os legislativos

O Interlegis é um programa desenvolvido pelo Senado, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que visa modernizar o Legislativo nas esferas federal, estadual e municipal e promover uma maior transparência e interação desse Poder com a sociedade. Os meios usados para isso são as tecnologias de informação, que permitem a comunicação e a troca de experiências entre as casas legislativas, os legisladores e o público.

A videoconferência, em ope-

ração desde 2001, é uma das principais tecnologias usadas pelo Interlegis. Por meio da Rede Nacional Interlegis (RNI), ela está disponível para 31 pontos distantes: as 26 assembleias legislativas dos estados brasileiros, além do Senado, Câmara dos Deputados, Tribunal de Contas da União e Câmara Legislativa do Distrito Federal, todos interligados ao ponto central, que é o edifício-sede do Interlegis, em Brasília.

Entre 2004 e 2005, foram realizadas 920 sessões de video-

conferência. Só no ano passado, houve 46 pedidos oriundos de assembleias legislativas e 62 de senadores. As demais foram solicitadas pelo Interlegis, Câmara dos Deputados, ministérios e outras instituições. No ano, foram 878 horas de conferência virtual. As sessões costumam durar de duas a oito horas. Segundo o Interlegis, os estados que mais têm participado são Acre, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo.



Sessões de videoconferência organizadas pelo Interlegis permitem debates simultâneos em 31 diferentes pontos do país

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Shlessarenko, Papatão Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helivaldo Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Edição: Edson de Almeida, Flávio Faria, Lara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Valter Gonçalves Júnior.
Reportagem: Alexandre Guimarães, Cíntia Sasse, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.

Diagramação: Ana Rita Grilo, Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Sílvia Gomide e

Davi Emerich (61) 3311-1670
Edição: Rita Nardelli e Flávio Mattos (61) 3311-1151

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Cegueira é mal que se pode evitar

No Brasil, estima-se que haja 1,2 milhão de pessoas cegas e cerca de 4 milhões de deficientes visuais. Sem ações de prevenção, o número de cegos em todo o mundo deve chegar a 76 milhões em 2020, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS). Ainda de acordo com a OMS, 51 milhões dessas pessoas não ficarão cegas se tiverem acesso aos atuais recursos da medicina e a melhores

condições de vida.

Atualmente, cerca de 36 milhões de cegos poderiam estar enxergando se tivessem sido tratados a tempo. São crianças e adultos que perderam a visão em razão de cataratas que poderiam ter sido operadas, de diabetes que poderiam ter sido controladas, ou de deficiências de vitaminas e outras doenças de fácil tratamento.

O problema tem a ver diretamente com a

situação social e econômica: 90% dos cegos vivem em lugares sem serviços básicos de prevenção e tratamento. Também falta informação. Muita gente não tem conhecimento de que pode haver solução para o seu caso e várias pessoas ficam cegas porque não sabem cuidar dos olhos.

Outro fator importante é que, geralmente, as pessoas cegas são idosas e dependem de parentes que muitas vezes não

podem ou não querem cuidar delas. Além disso, existe o agravante de que muitos hospitais que oferecem o tratamento ficam longe das comunidades onde vivem as pessoas com problema nos olhos.

A OMS aponta o empenho dos governos, dos médicos e de cada cidadão como a única forma de eliminar as causas da cegueira evitável e garantir a todas as pessoas o direito de enxergar.

PEDRO FORTES



O médico oftalmologista Roberto Bassit, do serviço médico do Senado, faz exame em servidor

Os cuidados com os olhos em cada fase da vida

Paulo Janot Borges Jr., oftalmologista de Brasília especializado em estrabismo e oftalmopediatria, falou ao *Especial Cidadania* sobre os cuidados com os olhos nas diversas fases da vida

EC – Quando devemos começar a nos preocupar com a saúde dos olhos?

Desde o nascimento. Além do leite materno, boa alimentação e cuidados com a higiene, é preciso levar o bebê ao oftalmologista antes de ele completar seis meses para verificar se está tudo bem.

As chamadas doenças congênitas, como a catarata, o glaucoma e a conjuntivite, já estão presentes quando a criança nasce. Em sua maioria elas têm boas chances de cura, sem conseqüências para a visão, mas é muito importante descobrir e tratar rapidamente esses problemas para que as conseqüências sejam as menores possíveis.

EC – E na infância, como os pais devem proceder?

Além de visitar o pediatra, a criança deve ser levada todo ano ao oftalmologista. É nessa fase que costumam aparecer doenças como o estrabismo e os chamados "graus" – miopia, hipermetropia e astigmatismo, que necessitam acompanhamento constante porque podem aumentar com a idade e até prejudicar a criança na escola. Infecções como a conjuntivite também são comuns e precisam ser tratadas rapidamente para evitar maiores conseqüências.

É importante observar se a criança: esfrega ou pisca muito os olhos; tem problemas para ler o que está no quadro-negro da escola; usa o dedo como guia ao ler; fecha ou tampa um olho para enxergar melhor; coloca a cabeça em posições difíceis para ler; coloca o objeto de leitura muito perto do rosto; ou ainda se tem os olhos vermelhos ou com mau aspecto. Dores de cabeça nessa idade também podem indicar problemas visuais.

EC – Quais são as queixas mais comuns dos adolescentes e adultos?

Nos adolescentes as dificuldades para enxergar e as dores de cabeça causadas por "graus" são os campeões de queixa. É comum a doença evoluir e os óculos ou lentes deixarem de ser

adequados, provocando esses problemas. O uso errado de lentes de contato também é fonte de problemas visuais e de infecções. Por isso recomendamos aos adolescentes que têm "grau" que visitem o oftalmologista a cada seis meses. Já os adultos com mais de 40 anos devem estar atentos à chamada "vista cansada", que prejudica a visão de perto.

EC – E a terceira idade?

Essa é a etapa da vida em que o cuidado com os olhos deve ser mais constante. A doença mais comum dessa fase é a catarata, tratada com cirurgia e sem maiores conseqüências. Já o glaucoma, causado por pressão ocular alta, pode levar à cegueira se não for tratado. Assim como a pressão do sangue, a pressão dos olhos pode aumentar sem que a pessoa sinta. Só em casos extremos, com pressões oculares altíssimas, é que o paciente sente dor nos olhos e tem a visão borrada. Só o exame da pressão ocular e de fundo de olho pode detectar o problema e por isso o idoso deve visitar periodicamente o oftalmologista.

EC – E como prevenir a cegueira?

As doenças que causam a cegueira

podem aparecer em qualquer fase da vida. Além dos problemas congênitos dos recém-nascidos de que já falamos, diferenças de grau entre os dois olhos podem levar à cegueira do olho com maior grau por falta de estímulo adequado e também ao desvio desse olho (estrabismo).

Nos adultos, a hipertensão arterial (pressão alta) e o diabetes são as causas mais comuns de cegueira. Também as doenças do sistema imunológico, como a artrite reumatóide e o lúpus, podem afetar a visão de modo irreversível. Já o glaucoma dificilmente leva à cegueira se for tratado adequadamente.

O mais importante é identificar a doença o mais cedo possível, seguir rigorosamente o tratamento e visitar periodicamente o oftalmologista para evitar o agravamento do quadro e sua conseqüência mais grave, que é a cegueira.

Doenças mais comuns e seus tratamentos

Astigmatismo – Visão turva e nublada causada por defeito na córnea. Compensada com óculos de grau ou lentes de contato, ou corrigida com cirurgia.

Catarata – Deficiência da passagem da luz através do olho, porque o cristalino fica opaco. Corrigida com cirurgia.

Estrabismo – Desalinhamento dos olhos que pode ter várias causas. Tratado com tampão no olho sadio para forçar o olho desalinhado a focalizar corretamente, exercícios oculares e, em alguns casos, cirurgia.

Glaucoma – Perda definitiva total ou parcial da visão causada

por alta pressão interna do olho. Pode ser evitado controlando a pressão com colírios especiais ou comprimidos. Nos casos mais graves, pode ser feita uma aplicação com laser ou cirurgia para abrir os canais de drenagem e diminuir a pressão. O glaucoma deve ser tratado durante toda a vida.

Hipermetropia – Os hipermetropes não enxergam os objetos mais próximos de forma clara porque seu globo ocular é menor que o normal. Compensada com lentes ou óculos de grau, ou corrigida com cirurgia.

Miopia – O míope vê mal

de longe porque o seu olho é mais comprido que o normal. Compensada com lentes ou óculos de grau, ou corrigida com cirurgias a laser.

Presbiopia (vista cansada) – Dificuldade de enxergar com nitidez em razão da idade. É normal em pessoas acima de 40 anos. Compensada com óculos de grau ou lentes de contato.

Visão subnormal – Doença degenerativa, impede a pessoa de ter uma visão normal mesmo usando óculos de grau ou lentes. A visão é estimulada por meio de lupas e outros aparelhos ópticos.

Confira o que fazer para manter sua visão saudável

► Procure o oftalmologista sempre que sentir coceira nos olhos, dificuldade para enxergar, lacrimejamento, dor de cabeça.

► Televisão e computador: a cada hora, faça um intervalo de descanso e fique pelo menos a 50cm do monitor.

► Sol: use óculos escuros de boa qualidade para proteger a visão – cuidado com as falsificações que não protegem e podem prejudicar os olhos.

► Colírios: não use se não for indicado pelo oftalmologista.

► Maquiagem: não passe rímel ou lápis dentro do olho. Cremes e produtos para a pele também não podem entrar nos olhos.

► Lave os olhos com as mãos limpas e em água corrente.

► Evite coçar os olhos.
► Óculos só podem ser passados pelo oftalmologista e após o exame dos olhos e das condições de saúde da pessoa.

► A adaptação de lentes de contato deve ser feita pelo oftalmologista – siga com rigor suas orientações.

► Se algo cair no olho, lave abundantemente com soro fisiológico ou água corrente.

► Nunca tente retirar "ciscos" soprando ou usando hastes de algodão.

► Em caso de acidente, não permita que outras pessoas abram seu olho. Aguarde alguns minutos e tente você mesmo abrir o olho e observar se a sua visão está preservada.

► Quando trabalhar com pregos, solda elétrica ou similares, use óculos de proteção.

Informações e projetos de lei

Informações

Ministério da Saúde
www.ms.gov.br - 0800 61-1997
Instituto Benjamin Constant - IBC
www.ibc.gov.br - (21) 2543-1180
Conselho Brasileiro de Oftalmologia
www.cbo.com.br - (11) 3266-4000
Sociedade de Assistência aos Cegos
www.sac.org.br
Fundação Dorina Nowill
www.fundacaodorina.org.br
(11) 5087-0999
Laramara – Associação Brasileira de Assistência ao Deficiente Visual
www.laramara.org.br
(11) 3660-6400

Projetos de lei

PLS 270/03 - Do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), altera a Lei 10.690/03 sobre isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na compra de veículos especiais para pessoas com deficiência visual.
PLS 90/03 - De iniciativa do senador Paulo Octávio (PFL-DF), dispõe sobre a confecção de cédulas de papel-moeda para serem identificadas por pessoas com deficiência visual.
PLS 206/02 - Proposto pelo senador Roberto Saturnino (PT-RJ), concede isenção de impostos para os equipamentos, aparelhos, instrumentos e materiais educativos destinados a pessoas com

deficiência visual.

PLS 194/01 - Da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), trata da sinalização de trânsito para as pessoas com deficiência visual.

PLS 79/01 - Apresentado pelo senador Valmir Amaral (PTB-DF), dispõe sobre nota identificadora em braile nos documentos de pessoas com deficiência visual.

PLS 224/00 - Da senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), torna obrigatório um percentual de edição de livros e revistas em braile.

Todos os projetos sobre o assunto podem ser consultados nas páginas do Senado (www.senado.gov.br) e da Câmara (www.camara.gov.br).